



Anais da Assembléia

N. 136

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 19 DE NOVEMBRO DE 1987

ANO XIII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 116.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 1987.
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Ferrari Júnior, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Lindolfo Júnior.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caio Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Herma Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu acompanhei atentamente a leitura da Ata e em momento algum ouvi o Senhor 2.^o Secretário, na leitura, narrar o lamentável incidente que sofreu ontem, na tribuna desta Casa, portanto, solicito da Mesa Executiva que faça constar da Ata a agressão sofrida por este Parlamentar quando ontem usava a tribuna e

discutia o Orçamento do Estado, momento em que, fui agredido pelo Deputado José Felinto, inclusive com escarro na minha cara, o que foi presenciado pela maioria daqueles que ontem estavam presentes neste Plenário.

Por isto, faço questão e peço que conste da Ata.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Apesar de ser uma Ata resumida, a Mesa atenderá a solicitação de Vossa Excelência e fará anotar.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, Vossa Excelência colocou em votação a Ata?

Caso positivo, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Mesa defere e irá proceder à verificação de votação.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, solicito chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) O Senhor 1.^o Secretário procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - (Anibal Khury) (Inicia a primeira Chamada Nominal dos Senhores Deputados).

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, retiro o pedido de verificação de votação.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela ordem) Senhor Presidente, retiro a solicitação de chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - (Anibal Khury) (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

(Procede à 2.^a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - (Procedendo a segunda chamada dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Vinte e oito Senhores Deputados responderam a chamada. Está APROVADA A ATA.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Eu gostaria de pedir a Vossa Excelência, ilustre Deputado Ferrari Júnior e ao 1º Secretário, ilustre Deputado Anibal Khury, que mandassem averiguar três projetos de lei que eu tenho nesta Casa, já que nós estamos chegando ao final do ano. Um projeto é criando cargos de subdelegados remunerados na zona rural de todo o Estado do Paraná seja o projeto constitucional ou inconstitucional, eu tenho o direito de lutar por esses subdelegados que não ganham um tostão na zona rural e correm grave risco de vida, exercendo a profissão de delegados de polícia.

Outro projeto, criando junto à O.A.B., junto ao Governo do Estado um plantão de assistência jurídica com advogados, com dinheiro repassado do Estado para a Ordem dos Advogados do Brasil. Outro projeto, criando o cargo de psicólogas e assistentes sociais em todas as delegacias de Polícia do Estado do Paraná.

Então gostaria de saber como é que andam esses projetos, se já passaram por todas as Comissões desta Casa para que no ano que vem, já que nós estamos no final de 1987, eu gostaria de ver os meus projetos em pauta, para que nós pudéssemos debatê-los aqui, porque tem muitas psicólogas, muitos advogados e muitos assistentes sociais desempregados no Paraná, passando fome, que precisam também do direito de um lugar ao sol.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Esta Presidência solicita à assessoria da Mesa, para que faça um levantamento dos projetos citados pelo Deputado Luiz Carlos Alborghetti, e solicita ao mesmo para que mantenha contacto com a assessoria da Mesa, por gentileza.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência, para o Projeto de Lei n. 231/87, que extingue o Fundo Penitenciário, por

ser matéria de extrema relevância aos interesses daqueles que se utilizam da organização judiciária do Estado, a fim de fazer prevalecer seus direitos.

Sala das Sessões, em 19.11.87.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, Preferência de Discussão e Votação para o Projeto de Lei n. 328/87, que objetiva autorização legislativa nos termos do art. 21, inciso VIII, alínea C, da Constituição do Estado do Paraná, para o procedimento da regulamentação de diversos lotes de terras devolutas, conforme relação inclusa, da Gleba Capivari de Baixo, Município de Tibagi, ocupados por Inácio Borato, na forma do disposto pelo artigo 100 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 19.11.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER, preferência de Discussão e Votação para os Projetos.

de Lei n. 336/87, que altera dispositivos da Lei n. 7.297, de 08.01.1980;

de Lei Complementar n. 306/87, que altera dispositivos da Lei Complementar n. 26, de 30.12.85;

de Resolução n. 78/87, que aprova as Contas da Dotação de Subvenção Social dos Senhores Deputados, referente ao exercício de 1986;

de Lei n. 326/87, que autoriza a alienação pela via jurídica adequada das Ações pertencentes ao BANESTADO, junto ao Banco Del Paraná;

de Resolução n. 80/87, que aprova as Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referentes ao exercício de 1986;

de Lei n. 236/87, que institui a Escola de Música e Belas Artes do Paraná, Entidade Autárquica, com autonomia Administrativa Financeira e Técnica;

de Resolução n. 70/87, que aprova Convênio n. 18/86, entre o Estado do Paraná e o Município de Rolândia, em conformidade com o disposto no art. 100 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 19.11.87.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, após ouvido o Plenário, com

base no Regimento Interno, a inclusão na Ordem do Dia de amanhã, dia 20 do corrente, para apreciação do Plenário da Proposição n. 47/87, Proposta de Emenda à Constituição do Estado.

Sala das Sessões, em 19.11.87.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja retirado da Ordem do Dia, por 3 sessões, o Projeto de Lei n. 183/87, de autoria do Deputado Acyr Mezzadri.

Sala das Sessões, em 19.11.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja marcada uma sessão para o dia 20 do corrente mês no horário regimental.

Sala das Sessões, em 19.11.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoio: Nestor Baptista.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no § 2º, do art. 113, do Regimento Interno, a diminuição do interstício de 24 horas para a realização da sessão a ser marcada para amanhã, sexta-feira, às 10:00 horas, para apreciação de matérias constantes da Ordem do Dia de hoje e outras matérias a serem anunciadas.

Sala das Sessões, em 19.11.87.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a dispensa de Discussão e votação da Redação Final dos Projetos constantes da Ordem do Dia da presente sessão ordinária que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação, de acordo com o disposto no § único do art. 58 do Regimento Interno, acrescido pela Resolução n. 116/86.

Sala das Sessões, em 19.11.87.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, solicita votação, em Regime de Urgência do Projeto de Lei n. 277/87, que denomina a Rodovia Estadual PR-444 de "Hermínio Antônio Penacchi".

Sala das Sessões, em 19.11.87.

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, após ouvido o Plenário, com base no Regimento Interno da Casa, a consignação nos Anais deste Poder Legislativo, voto de congratulações pela passagem do Centenário de fundação da Empresa Agostinho Setti e Cia. Ltda, no Município de Jacarezinho, neste Estado.

Uma vez aprovado o presente, solicito que se dê ciência aos dirigentes da citada empresa, no Município de Jacarezinho - PR.

Sala das Sessões, em 19.11.87.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, dando apoio ao Of. n. 023/87 da AEPEP, e solicitando a agilização na nomeação dos agentes de Segurança, Escrivães de Polícia recentemente aprovados em Concurso Público.

Sala das Sessões, em 19.11.87.

(a) RAUL LOPES

JUSTIFICATIVA:

Enquanto a população e o índice de criminalidade crescem em progressão geométrica, a produção de alimentos, o aparelhamento da Polícia Civil e a nomeação de homens para combater a violência crescem em progressão aritmética originando, dessa forma, o problema social e a insegurança de um povo - no caso em tela, o do Estado do Paraná.

Razão pela qual, uma vez mais, este Deputado vem ao Senhor Governador do Estado do Paraná, no sentido de que as demais nomeações dos Escrivães de Polícia e Agentes de Segurança sejam efetivadas de uma única vez, pois da forma homeopática de nomeações que vem ocorrendo, a Segurança Pública não está se estruturando nos quadros da Polícia Civil, para dar o mínimo necessário da sonhada segurança ao povo paranaense.

Por isso, viemos enfatizar nosso posicionamento no tocante às nomeações, as quais deverão ser efetivadas de uma só vez, pois não estamos sentindo que a população venha a ter a tão sonhada segurança, a não ser contando com o aumento do efetivo em sessenta policiais civis no próximo mês de novembro, e isso porque esse número de policiais nada ou quase nada representará para assegurar a Ordem Pública em nossa Capital, quanto mais os mesmos sendo designados um para cada cidade do interior, assim deixando os demais municípios

à mercê da própria sorte, e os marginais, à vontade para agirem livremente e praticarem todo tipo de crime contra um povo indefeso.

Como se isso não bastasse, os futuros Policiais Civis, Escrivães de Polícia e Agentes de Segurança, hoje em sua maioria estando desempregados e sem condições de virem a se empregar na iniciativa privada, terão que aguardar a sonhada nomeação de 30 em 30 dias, até o dia 1º de fevereiro de 1988, com o que a situação financeira dos mesmos virá piorar ainda mais, até chegar ao ponto, como já chegou, de não poderem prover a alimentação própria, quanto mais de seus familiares, provocando-se assim o Problema Social já mencionado no início do presente.

Outrossim, imploramos em nome da segurança pública do povo do nosso Estado e em nome ainda dos futuros nomeados, para que as nomeações dos mesmos venham a ocorrer em uma única vez, agora no mês de novembro do corrente ano, resgatando-se assim a segurança pública e desfazendo-se a injustiça que está por ocorrer.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Álvaro Dias e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, Rubens Bueno, reiterando solicitação para a implantação da Universidade Popular do Trabalho, em Ponta Grossa, que terá seus esforços voltados à qualificação profissional e à produção de conhecimentos pelas organizações populares e classistas.

Sala das Sessões, em 19.11.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A falta de qualificação de mão-de-obra tem sido uma das principais causas do desemprego e subemprego no Estado do Paraná e no País. Diversos motivos, na sua maioria originados pela grave crise sócio-econômica que vivemos, a qual se reflete em todos os setores da sociedade, afastam da escola prematuramente grande parte da população. Assim, despojados dos conhecimentos necessários, grande número de indivíduos permanece sem trabalho ou, então em subemprego.

É baseado nesse espírito que está se procurando criar a Universidade Popular do Trabalho, senão para resolver tão grave problema, que pelo menos amenize-o.

Terá ela seus esforços voltados à qualificação profissional e à produção de conhecimentos pelas organizações populares e classistas. Dentro dessas atividades, seus

departamentos oferecerão oportunidades de desenvolverem-se pesquisas, cursos, debates, encontros, seminários sobre assuntos de interesse da sociedade civil organizada, visando a produção e democratização do saber.

A Universidade Popular do Trabalho estará com suas portas abertas para receber todos aqueles interessados em aprender uma profissão, adquirir conhecimentos diversos, receber as "ferramentas" com as quais poderá construir uma vida mais digna, transformando-se em cidadãos conscientes, responsáveis e produtivos.

A Universidade Popular do Trabalho procurará, ainda, atrair para seu quadro aqueles que, por uma série de motivos, muito cedo se afastaram da escola, ou a ela sequer chegaram, pois sem culpa alguma fazem parte do exército de milhões de analfabetos ou semi-alfabetizados no País.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, Doutor Rubens Bueno, solicitando a liberação de verbas para a construção do albergue de Xambrê.

Sala das Sessões, em 19.11.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

A estrutura rural do Município de Xambrê, que possui um contingente de trabalhadores rurais volantes, bóias-frias, é altamente expressivo.

A instabilidade a que estes trabalhadores se sujeitam, e as péssimas condições de trabalho e de vida esta última em decorrência da péssima remuneração a que se sujeitam colocam para o Estado a necessidade de proporcionar instrumentos de apoio para que se possa minimizar as dificuldades a que estão sujeitos, em vista de ser esta realidade decorrente de agudos problemas estruturais da economia e social brasileira, que não obstante devem ser motivo de enfrentamento, porém não podem ficar estes trabalhadores à espera destas soluções enquanto padecem desassistidos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas solicitando a manutenção do funcionamento do Instituto de Previdência aos Servidores do Estado - I.P.E., sobretudo com aperfeiçoamento dos serviços repassados, e ampliação da capacidade de atendi-

mento.

1. Governador Álvaro Fernandes Dias
 2. Superintendente do I.P.E., Senhor Luiz Chemin Guimarães
- Sala das Sessões, em 19.11.87.
(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a realização de estudos para a criação de uma Fundação de Amparo à Micro-Propriedade Agrícola no Estado do Paraná.

1. Governador Álvaro Dias
 2. Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Senhor Osmar Dias.
- Sala das Sessões, em 19.11.87.
(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado dos Transportes Heinz Georg Herwig, solicitando a construção de uma ponte sobre o Rio Santa Quitéria, na Estrada Linha João Gomes- Luz Marina, Município de Toledo.

Sala das Sessões, em 19.11.87.

(a) SABINO CAMPOS.

JUSTIFICATIVA:

Pelo fato de não existir uma ponte sobre o Rio Santa Quitéria, no trajeto Linha João Gomes- Luz Marina, os produtores daquela região são obrigados a desviar cerca de 8 km para entregarem seus produtos ao entreposto da Cooperativa. Além disso, a ausência da ponte aumenta em 15 km a distância da Linha João Gomes- Luz Marina.

A construção da ponte, pelos motivos expostos, significa, portanto, uma grande economia para os produtores da Região e um fator de estímulo ao desenvolvimento econômico de vasta região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados expedientes às autoridades abaixo nominadas, sugerindo eleições em todos os níveis, em 1988.

1. Senhor José Sarney
Presidente da República
2. Senhor Álvaro Dias
Governador do Estado

3. Deputado Ulisses Guimarães
Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.
 4. Deputado Bernardo Cabral
Relator da Comissão de Sistematização.
 5. Senador Mário Covas
Líder do PMDB
 6. Deputado José Lourenço
Líder do PFL
 7. Deputado Brandão Monteiro
Líder do PDT
 8. Deputado Roberto Freire
Líder do PCB
 9. Deputado Gastoni Righi
Líder do PTB
 10. Deputado Adolpho de Oliveira
Líder do PL
 11. Deputado Amaral Neto
Líder do PDS
 12. Deputado Aroldo Lima
Líder do PC do B
 13. Deputado Luiz Ignácio "Lula" da Silva
Líder do PT
 14. Senador Mauro Borges
Líder do PDC
 15. Senador Jamil Haddad
Líder do PSB
- Sala das Sessões, em 19.11.87.
(a) LINDOLFO JÚNIOR.

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti, Pirajá Ferreira, Dirceu Manfrinato, Domingos Scarpellini, Rafael Greca, Antônio Annibelli, Antonio Belinati, Ezequias Losso, Erondy Silvério, Ferrari Júnior, Cândido Bastos, Nereu Carlos Massignan, José Alves, José Felinto, Raul Lopes, Pedro Tonelli, Orlando Pessuti, Vera Agibert, Valderi Mendes Vilela, Anibal Khury, Acyr Mezzadri, David Cheriegate, Djalma de Almeida César, Alexandre Ceranto, Nestor Baptista, Eduardo Baggio.

JUSTIFICATIVA:

No momento em que o Brasil passa por profunda transformação política, econômica e social, merece irrestrito apoio à iniciativa do Governador Álvaro Dias, no esboço da tese de eleições em todos os níveis, isto é, para Presidência da República, Senado, Câmara Federal, Governo dos Estados, Assembléias Legislativas, Prefeituras Municipais e Câmaras Municipais, em 1988.

Ninguém desconhece a necessidade do povo brasileiro expressar a sua vontade soberana na escolha dos seis representantes através do voto.

As últimas eleições, realizadas sob a égide de uma situação atípica, levaram o eleitorado ao cometimento de equívocos, só corrigíveis através da nova oportunidade de que lhe deve abrir para resgatar o seu livre direito de escolha, sem a peia dos fatos enganosos que o induziram, na ocasião, à prática do ato cívico sob a

forte emoção de resultados da política econômica do Governo Federal, que terminaram no desencanto e na frustração.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 345/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica criado o Distrito Administrativo do Novo Mundo, no Município de Curitiba, com as seguintes divisas:

"Tem como ponto inicial e final o cruzamento da Avenida Brasília com a Rodovia BR 116; pela Rodovia BR 116 até o entroncamento com a Rua Ipiranga; pela Rua Ipiranga; até a Rua André Ferreira Barbosa; pela Rua André Ferreira Barbosa até a Rua Olindo Sequinel; pela Rua Olindo Sequinel até alcançar um córrego sem denominação, pelo qual desce até sua Foz no Córrego Capão Razo; pelo Córrego Capão Razo acima, até sua nascente, donde por linha seca alcança a Rua Pedro Gusso, ou AT-6; pela Rua Pedro Gusso ou AT-6 até a Rua José Alcides de Lima; pela rua José Alcides de Lima até a Rua General Potiguara; pela Rua General Potiguara até a Ferrovia R.F.F.S.A., pela Ferrovia até o cruzamento com a Rua Itajubá; pela Rua Itajubá até o entroncamento com a Avenida República Argentina; pela Avenida República Argentina até a Avenida Presidente Wenceslau Braz; pela Avenida Presidente Wenceslau Braz até a Rua Aleixo Bettega; pela Rua Aleixo Bettega até o seu final na Rua Emile Zola; este ponto, por linha seca, cruza Avenida Henry Ford, alcança a Rua Rosa Carvalho Chaves, pela rua Rosa Carvalho Chaves até o seu final, donde por linha seca alcança a Rodovia BR-116, pela qual segue até o cruzamento com a Avenida Brasília".

Art 2º- O Distrito Administrativo e Judiciário do Pinheirinho, criado pela Lei n° 5409 de 20.10.1966, passa a ter as seguintes divisas:

"Tem como ponto inicial e final o cruzamento da Rodovia BR- 116, com a Avenida Brasília; pela Avenida Brasília e depois pela Rua Francisco Derosso até o seu final, daí, por uma linha seca atravessa o pátio da R.F.F.S.A., e alcança uma Rua sem Denominação; pela Rua sem denominação até a ponte sobre o Rio Iguaçu; pelo Rio Iguaçu até a Foz do Ribeirão dos Padilhas; pelo Ribeirão dos Padilhas acima até a Foz do Arroio Cercado; pelo Arroio Cercado acima até a divida sul da Vila Santo Antônio; pela referida divisa até a Rua Nicola Pellanda; pela Rua Nicola Pellanda até a divisa sul do Jardim San Carlos; pela referida divisa até alcançar o Ribeirão Pas-

sos dos França; pelo Ribeirão Passos dos França abaixo até a rodovia BR-116; pela Rodovia BR-116, contornando as terras do Ministério do Exército, até uma estrada carroçável; por esta estrada carroçável até alcançar o Ribeirão Passo dos França; pelo referido Ribeirão abaixo até o Córrego Capão Razo; pelo Córrego Capão Razo abaixo até a Rua Desembargador Cid Campelo ou AP-2; pela referida rua até a Rua AT-6; pela Rua AT-6 e depois pela Rua Lateral do Conjunto residencial Parque Verde até a divisa sul do Conjunto Habitacional Nossa Senhora da Luz dos Pinhais; deste ponto, contornando e incluindo o Conjunto Habitacional até a Rua sem denominação que dá acesso à Rua Pedro Gusso ou AT-6; pela Rua Pedro Gusso ou AT-6 até a altura da cabeceira do Córrego Capão Razo; daí, por uma linha seca alcança o referido Córrego pelo qual desce até a foz de um arroio sem denominação; por este acima até alcançar a Rua Olindo Sequinel; pela rua Olindo Sequinel até a Rua André Ferreira Barbosa; pela referida Rua, até alcançar a Rua Ipiranga, pela Rua Ipiranga até a Rodovia BR-116, pela BR-116, até o cruzamento com a Avenida Brasília.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.11.87.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Em Plenário.

PROJETO DE LEI N° 346/87

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA- A.P.M.I., do Distrito de Água Boa, com sede e foro na Cidade de Paçandu.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.11.87.

(a) JOSÉ ALVES

JUSTIFICATIVA:

Esta entidade, atende todos os requisitos exigidos em Lei para seu reconhecimento como de utilidade pública, além de efetivamente prestar relevantes serviços à comunidade de Paçandu. Dedicase a alta tarefa de atender menores e gestantes e é dirigida por senhoras abnegadas, dotadas de extraordinário valor humano.

Pela obra social que desempenha, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - A.P.M.I., é merecedora da declaração proposta presentemente.

PROJETO DE LEI N° 347/87
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ALBERGUES DA JUVENTUDE- APRAJ, com sede e foro na Cidade de Curitiba- Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.11.87.

(a) RAFAEL GRECA.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública representa a idéia do movimento alberguista no Estado do Paraná. Seus objetivos estão imbuídos no sentido de dar ao jovem condições de ampliar seus horizontes culturais e a possibilidade de conhecer novos horizontes.

A documentação que se anexa encontra-se dentro das exigências da Lei n° 6994, de 1978, que disciplina a matéria.

Nestas condições, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação dos nobres Pares desta Augusta Casa.

PROJETO DE LEI N. 348/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Hauer, com sede na Cidade de Curitiba - Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.11.87.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que este Plano de Lei pretende declarar de Utilidade Pública, vem prestando efetivos serviços no campo da promoção humana, prestando assistência social aos moradores de bairros de Curitiba, além da manutenção de programas educacionais, culturais em benefício aos moradores em geral.

A documentação que se anexa, encontra-se dentro das exigências da Lei n. 6994 de 10 de Janeiro de 1978, que dispõe sobre a matéria; sendo que a entidade já obteve o reconhecimento público municipal.

Assim sendo, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa.

PROJETO DE LEI N. 349/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Arco-Associação dos Representantes Comerciais do Paraná", com sede e foro na Cidade de Curitiba - Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.11.87.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, tem pautado pela sua atuação na promoção, integração e valorização profissional dos 20 mil representantes comerciais atuantes no Estado do Paraná. Cumpre os seus objetivos no sentido da união, fortalecimento profissional, social e cultural, na busca do reconhecimento público da importância social das atividades de seus associados.

A documentação que se anexa, encontra-se dentro dos parâmetros da Lei n. 6994/78, que disciplina a matéria.

Assim sendo, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação dos nobres Pares desta Augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio, primeiro orador inscrito.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Não pretendia eu hoje falar na sessão, porque ontem evidentemente as coisas desandaram aqui neste Plenário e eu pretendia poupar o próprio Plenário, o Parlamento, para que pudéssemos o mais rápido possível votar as matérias que temos, porque hoje a pauta é das mais extensas.

Mas, lamentavelmente Senhor Presidente e Senhores Deputados, depois da agressão que eu sofri ontem nesta mesma tribuna e que ainda deve ter aqui os respingos das escarradas do Deputado José Felinto, imaginava eu que hoje tivéssemos uma sessão tranqüila, e que esta Casa voltasse a ter a tranqüilidade que ela precisa, a serenidade que todos nós parlamentares precisamos para votar matérias importantes.

Ainda ontem a Presidência da Mesa recebia um pedido do Deputado Dirceu Manfrinato para que nós parlamentares viéssemos aqui hoje pela manhã, para prestigiarmos o Simpósio da Cafeicultura. E este parlamentar, mesmo tendo um compromisso particular marcado para o mesmo horário, adiou aquele compromisso e veio aqui a esta Casa representar a bancada do PDT, Partido Democrático Trabalhista, ao qual com muito orgulho e com muita honra pertença.

Fui o primeiro parlamentar a chegar a esta Casa, hoje pela manhã. Estava eu conversando com o Deputado Antônio Costenaro

Neto aqui no Plenário, quando o cerimonial da Casa me pediu para que eu e o Deputado Antônio Costenaro Neto fôssemos ao Cerimonial, à sala do Cerimonial, para fazer as honras da casa, para receber os convidados, uma vez que o secretário da Agricultura, Senhor Osmar Dias já se encontrava na Casa e não havia Parlamentares para, evidentemente, recebê-lo, apenas o Deputado Domingos Scarpellini.

Este Parlamentar, muito embora jornalisticamente tenha tido uma cobrança em relação à problemas da PROMOPAR, pudesse parecer que tivesse alguma coisa pessoal contra o Secretário da Agricultura, este Parlamentar humildemente foi até a sala do Cerimonial para cumprimentar os convidados, e ao estender a mão para aqueles que lá se encontravam, aos dois primeiros de uma fila, que não conheço, cumprimentei-os em nome da Casa, em nome da minha Bancada, desejando uma boa estadia nesta Casa do povo.

E, para minha surpresa, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quando cheguei à pessoa do Senhor Secretário da Agricultura, o Senhor Osmar Dias, e com a mesma delicadeza, com a mesma humildade, estendi-lhe a mão para cumprimentá-lo, o Senhor Secretário, que estava de braços cruzados disse, e todos ouviram, que não daria a mão a um safado. Portanto, Senhores Parlamentares, uma agressão não a este Parlamentar, mas a este Parlamento. Na sequência, procurei dizer ao Senhor Secretário que não era este o caminho, que eu estava ali cumprimentando-o em nome da Casa, em nome da minha bancada e que não era aquele momento para discussões. Quando fui novamente, fiquei com a mão estendida ao Secretário, quando na segunda vez disse: Estou cumprimentando-o, Senhor Secretário, disse ele novamente, já em tom mais elevado, "não dou a mão a safado". E na sequência, evidentemente, os ânimos se alteraram e digo com toda sinceridade, não da minha parte, porque procurei manter a minha postura de Deputado, de representante desta Casa, dizendo a Sua Excelência que não era isso, não era safado, não era isso que ele estava dizendo, quando então fui retirado da sala e o Senhor Secretário também foi segurado por algumas pessoas que estavam lá dentro do Cerimonial.

Na saída da sala, diante de tantos improperios proferidos pelo Secretário à minha pessoa, ofendendo a moral da minha mãe, que tem 85 anos de idade, que criou 11 filhos, disse a ele quando voltou a me ofender moralmente me chamando de safado, de sem-vergonha, de vagabundo, que aquilo não era verdade e que não era o momento. Talvez perdeu o Senhor Secretário, na verdade o grande momento de se aproximar deste Parlamentar, de um diálogo franco e

aberto, para que pudéssemos até tirar algumas arestas que podem pensar existir, pessoalmente, entre eu e ele.

Foi quando na saída da sala disse ao Senhor Secretário, que, talvez, safado fosse ele não eu, porque também não tenho sangue de barata, talvez outro em meu lugar não tivesse aceitado tão quieto como aceitei ontem uma escarrada aqui nessa mesma tribuna, quieto, passivamente, talvez outro não aceitasse dessa maneira, como hoje também outro em meu lugar, talvez com sangue mais quente, talvez não aceitasse e tivesse revidado fisicamente ao Secretário dentro da nossa Casa.

No entanto, eu mantive a minha postura. Na saída do Plenário, puxado pelo Deputado Domingos Scarpellini, vinha eu saindo para acalmar a situação, quando de repente veio atrás o Senhor Secretário correndo atrás de mim, querendo me agredir fisicamente, e existem vários seguranças e funcionários da Casa para testemunhar com relação a isso. Eu me mantive na minha posição e o Deputado Domingos Scarpellini é testemunha disso e foi quem me tirou daquela situação. Eu seria fatalmente agredido fisicamente pelo Senhor Secretário. Retirei-me desta Casa.

Queria, então, neste momento, Senhores Parlamentares, dizer tudo o que está acontecendo neste momento. Tenho procurado neste meu mandato, desempenhar as minhas atividades na melhor condição possível, discutindo as matérias em alto nível, mas tenho sido provocado constantemente. E chegou um tempo que as provocações não podem ficar apenas na passividade deste Parlamentar, levando cuspe na cara, sendo ameaçado fisicamente pelo Senhor Secretário da Agricultura dentro desta Casa, tendo ofendido a moral da minha mãe, com seus 85 anos de idade. Eu não posso mais aguentar tamanhos desaforos. Faço este relato para que toda Casa tome conhecimento e em especial a imprensa, porque a agressão não foi a este Parlamentar, a agressão foi a este Parlamento, a agressão foi a esta Casa. Foram todos os Parlamentares da Casa agredidos hoje dentro da Casa onde nós recebemos um hóspede ilustre, um Secretário de Estado, e ele vem nos agredir dentro da nossa Casa ao ponto de eu, o homem da Casa, ter que sair da Casa e deixar o hóspede na minha Casa para evitar maiores confusões.

Eu peço, Senhor Presidente, Senhores Deputados, peço que neste momento a Mesa Executiva desta Casa tome uma providência, em nome desta Casa, em nome não deste Parlamentar, mas em nome de todos os Parlamentares e em nome desta Assembléia Legislativa que tem dias de glória, tem homens que passaram aqui e deixaram história que não pode ser manchada, talvez, por um

homem que esteja, quem sabe, abalado psicologicamente por alguns problemas. Eu não sei, mas a verdade é que não podemos aceitar pacificamente uma agressão dentro da nossa Casa, e repito, a agressão física só não se consumou porque seguraram o Senhor Secretário. Então, eu peço as providências da Mesa no sentido de que até mesmo uma representação seja feita ao Senhor Governador do Estado, que não pode correr o risco de ter ao seu lado uma pessoa que parece desequilibrado mentalmente, que pode colocar em risco até o bom trabalho que vem desenvolvendo Sua Excelência o Senhor Governador Álvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa lamenta mas o tempo de Vossa Excelência está esgotado e lhe concede mais um minuto para concluir.

O SR. ALGACI TÚLIO - Obrigado, Senhor Presidente.

Era esse o relato que queria fazer, dizer que o Partido Democrático Trabalhista foi agredido hoje nesta Casa, que todos os partidos foram agredidos, que esta Casa foi agredida por um Secretário de Estado que deveria, com todo respeito a mim e a este Parlamento, ter estendido a mão no cumprimento fraternal que eu queria dar a ele, com todo respeito, porque eu fazia as honras desta casa hoje pela manhã, e no entanto como resposta recebi a agressão, a ofensa moral e quase consumada a agressão física.

Fica aqui o meu protesto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, dizendo que isto não vai nos abalar, não vai nos intimidar, não vai acovardar, porque se até hoje temos tido uma atuação aqui, até certo ponto, de muita compadecência, com muito cuidado naquilo que dizemos a partir de hoje este Parlamentar virá a essa tribuna tantas quantas vezes forem necessárias para críticas ou para elogios, sem medo do que possa acontecer. Só não pode admitir que este Parlamento seja agredido por um Secretário de Estado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Esta Presidência atendendo a solicitação de Vossa Excelência comunica-lhe, bem como aos demais membros desta Casa, que a Mesa Executiva irá reunir-se com a maior urgência possível para tratar desse assunto, lamentável por sinal.

Queremos registrar, com prazer, na reunião de hoje, a presença de uma comitiva de Mandaguari, cuja recepção está a cargo do ilustre Deputado José Alves, 4º Secretário desta Casa, Senhores Carlos Alberto Campos de Oliveira, José Carlos Fernandes, Célio Pugliesi, Luiz Carlos Figueiredo, José Campos de Andrade, Marcos

Daniel Peres, Airton Costa, Cenero Pessoa Pereira e Antônio Bittencourt. A presença dos Senhores muito honra esta Casa.

No Grande Expediente consultamos o Deputado Algaci Túlio se fará uso do seu tempo.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, em função da Ordem do Dia, extensa como é, eu declino usar os trinta minutos que me são permitidos.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Havendo declinado, consulto o Deputado Rafael Greca.

DECLINA.

Havendo declinado, consulto o Deputado Valderi Mendes Vilela.

DECLINA.

Havendo declinado, consulto o Deputado Nereu Carlos Massignan.

DECLINA.

Havendo declinado, consulto o Deputado Paulo Furiatti.

DECLINA.

Passamos ao Horário das Lideranças.

Consultamos a Liderança do PDT se fará uso do seu tempo.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, por 9 minutos.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, Senhores Deputados (Lê):

A partir do dia 15 de novembro de 1987, o Brasil deve ter novos rumos, pois a Comissão de Sistematização aprovou as eleições diretas para 1988, fato esse necessário a dar estrutura ao País para iniciar a retomada de posições retirando o País da maior crise econômica e política desde seu descobrimento, pois somente com um Governo popular eleito através do voto direto da população, é que teremos condições de promover o reinício do desenvolvimento, pois é hora de acabar com governantes biónicos que sempre contrariaram a vontade popular.

Mas, é bom lembrar que a demagogia começa a imperar neste País, pois aqueles que até ontem defendiam 5 anos para José Sarney, hoje já se posicionam contra. Há que se destacar que nessa Casa há um documento assinado pela maioria dos Deputados do PMDB dando apoio, juntamente com o Governador Álvaro Dias, ao mandato de 5 anos para José Sarney, inclusive é farto o noticiário da imprensa estadual nesse sentido, e agora acompanhando atentamente tais fatos vemos até defensores das eleições gerais em 1988.

JOSÉ RICHÁ

Vimos também nesta Casa de Leis, apr-

tecerem os maiores elogios ao Senador José Richa, pela sua mudança de posição, em favor dos quatro anos para José Sarney, e merece elogios a mudança de posição, pois ele foi eleito pelos votos da população para cumprir a promessa de eleições diretas para Presidente em 1988, pois foi o próprio Presidente Tancredo Neves, juntamente com seu vice José Sarney que disseram que o mandato de transição seria de 4 anos. Então, o Senador José Richa fez o certo, e não poderia continuar com sua posição de 5 ou 6 anos para José Sarney porque, sem sombra de dúvidas, seria uma afronta ao eleitor paranaense e brasileiro.

PARLAMENTARISMO

Casuísmo, afronta aos eleitores, e o início de desespero para a Nação brasileira, pois a implantação agora desse sistema de Governo, seria o maior mal que se poderia praticar contra o Brasil.

A propósito, é bom lembrar que se implantado o parlamentarismo no Brasil de hoje, o Gabinete do Primeiro Ministro seria formado com Parlamentares eleitos em 1986, que foi e é fruto do maior estelionato eleitoral já praticado nesse País, que contou com apoio do Dr. Ulysses Guimarães, Presidente Nacional do PMDB, e do próprio Presidente da República, José Sarney, também do PMDB, que o Plano Cruzado, que arreventou a economia brasileira, pois nem sequer temos hoje as reservas cambiais que tanto necessitamos, pois toda ela gasta em um plano econômico eleitoral, que serviu apenas a um partido que não possui compromissos com a classe trabalhadora e produtora desse País.

Portanto, o Brasil não pode ter no seu comando políticos que são frutos do engano, da mentira, da desunião, e com o parlamentarismo, vamos continuar a ter o mesmo desgoverno que está hoje implantado nesse País.

É hora de mudar. É hora de eleições gerais em 1988, não por casuísmo daqueles que não possuem mandato popular, e daqueles que ontem eram a favor dos 5 ou 6 anos para José Sarney, mas daqueles que não temem voltar às ruas em campanha eleitoral.

Analisemos esse aspecto de forma profunda. O Brasil é um País desgraçadamente pobre e não pode suportar eleições todos os anos e mesmo de dois em dois anos, nossa economia está arrasada, e o custo das eleições sempre oneram o contribuinte, e então era hora de determinar eleições gerais em todos os níveis, as quais seriam realizadas de 5 em 5 anos.

Anotem para esse detalhe, eleições gerais de 5 em 5 anos. Diminuiriam as despesas das mesmas, o dinheiro do contribuinte

seria melhor aplicado, daria também condições de melhor preparar um plano de governo, principalmente para os executivos, que no seu primeiro ano trabalham com o orçamento elaborado por outro governo, e no último terão que enfrentar novas eleições em todos os níveis.

Esse é um fator que também seria analisado pelo povo, pois este antes da eleição já saberia que estava escolhendo seu representante por 5 anos, e em eleições livres e diretas, sem plano econômico enganador, o povo teria mais consciência de seu voto.

A CRISE ATUAL

Conforme já dissemos, somos hoje vítimas da maior crise econômica que o País enfrenta desde seu descobrimento, e quem causou toda essa crise, hoje procura se esquivar ao ponto de vermos absurdos tais como os pronunciamentos feitos pelo ex-Ministro da Fazenda Dilson Funaro, dizendo a todos os cantos que queria derrubar o congelamento de preços, mas foi impedido pelo multi-presidente Ulysses Guimarães. Ora, nessa hora deveria o Sr. Dilson Funaro ir para a televisão e esclarecer ao povo tal situação, pedir demissão do seu cargo como Ministro. Mas nada disso fez, juntamente com os outros, enganou a população brasileira, e hoje ainda nos resta uma pergunta: onde se encontra a Maria Tavares - economista do PMDB que chorou na televisão quando se lançou o Plano Cruzado? Mas a resposta não virá e ela certamente não chora hoje a miséria vivida pelo povo brasileiro.

Ao encerrar este assunto, gostaríamos de mencionar que foi dito nesta tribuna pelo Deputado Paulino José Delazeri que o Governo é covarde, mas ele se esqueceu de dizer que esse governo covarde é do PMDB, partido que comandou e comanda a maior crise já enfrentada pelo trabalhador brasileiro, apesar de haver algumas resistências de integrantes desse partido, que sempre constituiu a minoria.

É bom lembrar, também, que o maior arrocho salarial aplicado contra o trabalhador brasileiro é fruto da política econômica desastrosa, do Ministro da Fazenda Bresser Pereira, do PMDB.

Por essas razões e muitas outras é que devemos ter eleições gerais livres e diretas, em todos os níveis, já no encerramento dos trabalhos da constituinte, principalmente para Presidente da República, bandeira máxima do meu partido, o PDT, que jamais se aliou a esse Governo".

O Sr. Rafael Greca - Vossa Excelência me

concede um aparte? (Assentimento).

Deputado Valderi Mendes Vilela, esta Liderança e o Diretório Regional do Partido Democrático Trabalhista vem manifestar o seu mais veemente protesto contra o aparato do Governo Estadual, na tentativa de calar e intimidar o PDT e a Oposição do Paraná.

Nós repudiamos a covarde agressão que o Secretário de Estado da Agricultura, Senhor Osmar Dias, cometeu hoje no Salão Nobre desta Assembléia contra o Deputado Algaci Túlio, hoje dia 19 de novembro.

A referida agressão não é um fato isolado. Antes ela vem no rastro de uma série de represálias, orquestradas pelo Palácio Iguazu que não aceita as críticas que vem sofrendo da Oposição e sobretudo do Deputado e radialista Algaci Túlio, que desempenhando o seu papel de fiscal do povo, vem denunciando os desmandos do Governo em geral e do Senhor Osmar Dias em particular.

Nós sabemos que esta ofensa não atinge apenas a pessoa do Deputado Algaci Túlio, mas atinge também a transição democrática, o Parlamento brasileiro, o que só contribui para desacreditar ainda mais as instituições nacionais neste momento gravíssimo da nossa brasilidade.

O PDT denuncia este fato e o fará à Nação, através do seu Diretório Nacional, dos Vereadores e dos representantes na Assembléia Nacional Constituinte.

O PDT exige da Mesa e dos Deputados, membros da Assembléia, o resgate da dignidade deste Parlamento, ofendida pela truculência do despreparado Secretário de Estado da Agricultura, cuja atitude somada aos fatos degradantes de escárnio ocorridos neste Plenário nos últimos dias, desmoraliza por completo a esta instituição e aos seus membros.

Por último, nós pedimos ao Senhor Governador do Estado que separe as coisas e restaure a dignidade do seu Governo determinando a imediata exoneração do seu irmão, porque a sua permanência no cargo significa a cumplicidade do Governador Álvaro Dias em todos os atos de episódios condenáveis que agora estão sendo denunciados.

O SR. NESTOR BAPTISTA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu peço a palavra pela ordem porque não me parece estar autorizado o Deputado Rafael Greca para chamar o Secretário de Agricultura de despreparado e muito menos para pedir que o Secretário deixe o Governo do Estado do Paraná.

E no Horário da Liderança do PMDB, o Deputado Rafael Greca, cúmplice das maiores patifarias na Prefeitura de Curitiba, quando era Prefeito o corrupto Jaime Lerner, terá a devida resposta, Senhor Presi-

dente da Mesa.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Vossa Excelência continua com a palavra no aparte solicitado ao ilustre Deputado, e a Mesa lhe concede um minuto para encerramento.

O Sr. Rafael Greca - É que termina o tempo da nossa Liderança. Não. Eu peço a palavra Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Após o seu pronunciamento no aparte.

O Sr. Rafael Greca - Eu completo o minuto e em seguida falarei pela ordem.

Então, Senhor Presidente, no momento em que a nota oficial do nosso Partido, referendada pelo Diretório Nacional, chama de despreparado o Secretário de Estado da Agricultura, ela não o faz com base na sua autoridade constituída, mas sim com base no episódio que esta manhã aconteceu dentro desta Assembléia. Se o Senhor Líder do Governo considera demonstração de preparo, fineza e boa educação o Senhor Secretário de Estado da Agricultura, vir agredir um Parlamentar dentro do Parlamento, nós realmente, daí, não poderemos mais conversar.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Mesa...

O Sr. Rafael Greca - Em tempo, ainda, Sr. Presidente, as acusações...

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - a Mesa chama a atenção do ilustre Deputado que está na tribuna que o seu tempo está esgotado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Excelência, eu fui interrompido tanto pelo Nobre Líder do PDT, como também pelo nobre Líder do Governo. Por isso, eu solicito de Vossa Excelência 2 minutos para o encerramento do meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa lamenta, mas concedemos 1 minuto como é de praxe, como faz normalmente esta Presidência ao pronunciamento de Vossa Excelência. De modo que o seu tempo realmente está esgotado e lamentamos.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Eu só gostaria de concluir, solicito a Vossa Excelência que considerasse lido na íntegra o meu discurso, e lembrar ao nobre Deputado Nestor Baptista que o ex-Prefeito de

Curitiba, Jaime Lerner, causa mesmo um problema muito sério àqueles que não sabem governar o Município de Curitiba.

Muito obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, não vou invocar os argumentos pretéritos que o Senhor Deputado Nestor Baptista aludiu a minha pessoa e ao ex-Prefeito da Cidade, Dr. Jaime Lerner, mas vou invocar da Mesa que me responda nos termos regimentais o que entende por respeito ao decoro parlamentar e à imunidade parlamentar. Quero também saber se é ilícito aos Senhores Secretários de Estado agredir Deputados no recinto desta Assembléia.

(Tumulto no Plenário).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa chama a atenção de Vossa Excelência, Deputado Rafael Greca, em não considerar a palavra Pela Ordem para tratar deste assunto, já que decidimos quando do pronunciamento do ilustre Deputado Algaci Túlio, que a Mesa estará reunida o mais rapidamente possível para tratar deste assunto. Consideramos o assunto superado.

Na sequência, consultamos a Liderança do PFL.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, ainda na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Não há questão de ordem. Nós pedimos a compreensão de Vossa Excelência. Seja compreensivo novamente para que ajude o andamento normal desta sessão.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu estou completando o meu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Nós entendemos como completo o raciocínio de Vossa Excelência...

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, eu não aceito que Vossa Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Está com a palavra o PFL no horário que lhe é reservado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu sei que Vossa Excelência é um democrata, segue muito bem os trabalhos desta Mesa. O nobre Deputado Nestor Baptista interrompeu-me no pronunciamento, concluiu o raciocínio dele, e Vossa Excelência poderia, usando o art. 97, ou 100 ou 200, deixar o Deputado Rafael Greca concluir o raciocínio dele por uma questão de ordem nesta Casa. Eu sei que Vossa Excelência é um democrata, agiu

muito bem quando disse que a Executiva vai se reunir para analisar os problemas que ocorreram ontem e hoje nesta Casa. Por isso, eu solicito de Vossa Excelência, por uma questão de democracia que deixe o Deputado Rafael Greca concluir o seu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Nós gostaríamos de informar a Vossa Excelência, Deputado Valderi Mendes Vilela, bem como ao ilustre Deputado Rafael Greca, a quem pedimos a compreensão, e a todos os membros desta Casa, nós apenas estamos seguindo o Regimento Interno. O art. 98 diz claramente: "O Presidente não poderá recusar a palavra ao Deputado que a solicita pela ordem desde que o Orador não indique desde logo o artigo regimental que está sendo desobedecido na marcha dos trabalhos".

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - O Senhor Presidente, formalmente eu tentava indicar o artigo; Vossa Excelência não me permitiu. Mas, com todo o respeito, eu indico que está sendo ferido o artigo 97 em todos os seus incisos e parágrafos.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o Deputado Rafael Greca não está entendendo que quando se fere o Regimento Interno, questão de ordem não é para discurso lateral, nobre Deputado. Vossa Excelência tem Explicações Pessoais, tem o Horário da sua Liderança para falar o que quiser. O Regimento Interno não está sendo seguido de modo que eu parabenizo a Mesa e espero que esse Plenário não tumultue a sessão e permita ao PFL, ao Líder do PFL, que use o seu horário.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa mais uma vez pede a compreensão do Deputado Rafael Greca para a sequência tranqüila dos trabalhos, já que está seguindo absolutamente o que diz o Regimento Interno.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

O Sr. Rafael Greca - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Na sequência, nobre Deputado. Vossa Excelência solicitou a palavra pela ordem.

Senhores Deputados, nós lamentamos profundamente ter que ocupar a tribuna no dia de hoje, como membro do Partido da Frente Liberal, em nome da Bancada, para manifestar o nosso repúdio pelo fato desa-

gradável que aconteceu, aqui no Salão Nobre da Assembléia Legislativa.

Realmente foi...

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Deputado, com a sua licença. Por gentileza, a Mesa pede a compreensão de Vossa Excelência para anunciar a presença nesse instante, do Senhor Wladimir L. Tiurdeneu, Conselheiro da Embaixada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Sua presença realmente nos honra.

Muito obrigado, Excelência. (Aplausos)

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - ...para repudiar o ato desagradável que aconteceu nesta Casa. Já não bastam as decepções que tivemos no dia de ontem quando víamos aqui diversos parlamentares se desentenderem. E sentimos, hoje, quando viemos aqui a esta casa para prestigiar o Deputado Dirceu Manfrinato, do PMDB, como membro da Comissão de Agricultura que somos, para prestigiar o evento dos agricultores que vieram aqui para discutir o grande problema, o problema sério da cafeicultura que acontece no nosso País, as dificuldades, e continuam debatendo no pequeno plenário.

Nós, aqui, quando estávamos acompanhados do Deputado Algaci Túlio, e do Superintendente do Banco do Brasil antes ainda da sessão, estávamos numa conversa descontraída. Fomos convidados a recepcionar o Secretário da Agricultura que estava ali, no Salão Nobre.

Fomos para lá. O Deputado Algaci Túlio, em que pesem as divergências, os fatos que têm ocorrido - não entramos no mérito da questão, foi para lá também. Chegando lá, ao cumprimentar o Secretário, logo em seguida o Deputado Algaci Túlio teve uma decepção que eu jamais queria ter na minha vida, pelo pior inimigo que fosse. Negar estender a mão quando alguém a estende... Eu acho que faltou humildade ao Secretário Osmar Dias. Eu respeito o Secretário Osmar Dias, tenho admirado o seu trabalho. Não vim aqui para criticá-lo e nem o faço nesse momento. Mas essa atitude, em nome da Bancada da Frente Liberal, eu acho que é um desrespeito para com esta Casa de Leis. Quando ele esteve aqui em visita a esta Casa, participando de um evento, comete um ato desagradável dessa natureza. Chegamos mesmo a agarrá-lo, com o objetivo de procurar inibir a sua ira e a vontade de atingir ao Deputado Algaci Túlio, e quase que fomos esbofeteados também.

Eu confesso: nunca vi cena tão desagradável também.

Eu acho que as autoridades têm que se respeitar, têm que saber entender a posição de cada um.

O Deputado Algaci Túlio, a quem eu de-

fendo neste momento, tem tido atitudes de críticas em defesa dos interesses maiores do Estado do Paraná. E nós o temos aplaudido. E vamos repudiar também quando a crítica for sem fundamento.

Não poderia, de forma nenhuma, o Senhor Secretário vir transferir para esta Casa, num momento em que estava sendo recepcionado lá no Salão Nobre, ... atitudes desta natureza.

Eu acho que a Casa foi agredida. Eu espero e peço em nome da Bancada da Frente Liberal que a Mesa tome as devidas providências. Concedo a palavra ao nobre Deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca (Em aparte) - Nobre Deputado Antônio Costenaro Neto, a Casa realmente foi agredida. A Casa tem sido constantemente agredida. Mas não é a Casa, porque ela não é feita dessas paredes materiais e desse espaço físico. A Casa é feita dos nossos votos, dos que somos Deputados. E todas os que somos Deputados.

Quando se coloca uma mordaca no Deputado Algaci Túlio, promovendo o cancelamento do seu programa "Plantão Policial", quando um Deputado do Partido do Governo, absolutamente destemperado ascende à tribuna para coibir de escárnio o Poder Legislativo, quando um Secretário de Estado dispensa funcionários públicos do ponto para que venham vaiar o Presidente da Assembléia em sucessivos turnos, daquelas galerias, na sua emenda que pode ser até discutível, mas que é uma das suas prerrogativas.

Aliás, eu lamento a ausência do Presidente titular hoje e quando sobretudo, o Líder do Governo tenta trazer para uma discussão pretérita, ultrapassada, qual seja, a do meu envolvimento no Governo do Senhor Jaime Lerner, essa Cidade sabe que colecionava eu retratos antigos e cuidava da memória da cidade.

As pedras do Parque do Papa falam nisso, as da Praça da Ordem também, as da Rua Barão do Rio Branco e as da Rua XV de Novembro também. Se eles se calarem, se a mídia inteira se calar, as pedras falarão. Agora, eu quero perguntar à imprensa do Brasil e do Paraná, se vai ser preciso um cadáver dentro deste recinto, um cadáver? Um cadáver como em alguma vez se imaginou quando se ameaçou a democracia, para que daí então comece a se dar a real dimensão a este episódio, a do irmão Secretário do Governador, tentando calar os Parlamentares, do enfermeiro, auxiliar de enfermagem, amigo do Governador, tentando cuspir sobre os parlamentares.

O Sr. Caíto Quintana (Pela Ordem) - Eu espero que o Deputado Rafael Greca saiba respeitar um colega desta Casa, porque o

Deputado José Felinto é um Parlamentar com plenos direitos aqui dentro. Não admito que Vossa Excelência, o trate, na sua nobre profissão de enfermeiro, porque ele é um parlamentar com o mesmo direito de Vossa Excelência. Talvez com a diferença de ter nascido num berço pobre e Vossa Excelência ter nascido num berço rico, que lhe deu condição melhor de estudo para com a sua verborragia tentar atingir os Parlamentares do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - O Deputado Erondy Silvério tem a palavra, pela ordem.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, da mesma forma, a Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, protesta neste instante, quando se procura atingir, de forma odiosa como está fazendo, o Deputado berço de ouro desta Casa, o Deputado Rafael Greca, em qualificar de uma forma ignóbil o nobre Deputado José Felinto. Ele tem a mesma representação, o mesmo valor dentro deste Poder, porque representa um segmento da população do Paraná, como o Deputado Rafael Greca.

Ele aqui não é enfermeiro. Ele é Deputado representante do povo.

Eu solicito que Vossa Excelência que determinasse a lavratura em Ata do protesto da Bancada do PTB nesta Casa, pela expressão e colocação infelizes que fez, nesta tarde o nobre Deputado Rafael Greca, com relação ao Deputado José Felinto.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa acata as questões de ordem propostas e não vai permitir que esse ou aquele Deputado ofenda este ou aquele Deputado.

Continua com a palavra o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Deputado, eu gostaria que Sua Excelência me esclarecesse e esclarecesse o nobre Deputado Erondy Silvério e ao Deputado Caíto Quintana, se a menção da profissão de uma pessoa constitui ofensa grave.

Eu imagino que se dizer de mim, que sou engenheiro civil, se dizer do Deputado Algaci Túlio que é radialista, se dizer do Luiz Carlos Alborghetti que é radialista e profissional de televisão, se dizer do Deputado Valderi Mendes Vilela que é advogado, não constitui de maneira nenhuma ofensa grave.

Em tempo, ao nobre Deputado Erondy Silvério, o meu berço é de pedra, pedra do Maciço Paraná, aqui das pedreiras de Quatro Barras e Piraquara, porque meu avô, sabidamente, ao tempo do Senhor Manoel Ribas e antes dele, ao tempo do primeiro dos Camargo, mandou cavar. Não é de hoje.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Isso não lhe dá o direito de tripudiar sobre as pessoas mais humildes desta Casa.

O SR. RAFAEL GRECA - E ainda em tempo, eu não estou tripudiando sobre o Deputado José Felinto, mas estou pedindo ao Parlamento, que respeite a dignidade dos Deputados. Eu fico ainda uma vez perguntando, e gostaria que me respondessem se cuspir sobre um Deputado, e agredir ao Presidente, constitui fato relevante e admirável. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Tem a palavra, Pela Ordem, o Deputado Nestor Baptista.

O Sr. Nestor Baptista - Eu vou aguardar que o histerismo do Deputado Rafael Greca, passe, Senhor Presidente, e voltarei a me pronunciar.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Deputado Rafael Greca, nós entendemos naturalmente, neste momento, a sua ira, também em defesa do nobre colega Algaci Túlio. Eu já registrei aqui, apenas não queria entrar demais no mérito da questão. Nós não queremos aqui com isso fazer com que também criemos outros desentendimentos nesta Casa. Eu acredito que o que eu quero chamar a atenção de todos os nobres Parlamentares, é que nós temos que olhar um pouquinho para dentro de cada um de nós, e encontrar lá no fundo, o que temos de bondade a oferecer, porque ira, eu acredito que todos os dias cada um de nós conquistamos um pouco mais de adrenalina que sobe no sangue todos os dias e pelos fatos negativos que vêm ocorrendo. E este poder Legislativo, como tantos outros poderes desse País, já se encontra um tanto ou praticamente desmoralizado.

Então, nós teremos que refletir, como já disse, olhar para dentro de nós e procurar reconquistar a população do nosso Estado, do nosso País, e se continuarmos com fatos desagradáveis como os de ontem, de outros dias, o de hoje, realmente, nós não vamos chegar a nada. A população que está lá fora trabalhando, produzindo, aqueles que nos elegeram, esses sim, esses jamais voltarão naturalmente a nos apoiar, porque nós estamos aqui para representá-los e defendê-los e ficamos passando os dias nas brigas, nos desentendimentos pessoais, nos casuismos, que se criam por interesses de não sei o quê. Eu acho que é necessário que se procure agilizar os projetos que aí estão, e muitos acumulados, que a população lá fora espera as reivindicações em defesa dos seus interesses. Isso é necessário que se faça, mas, as brigas têm que ter um fim, eu acho que nós

estamos aí, próximos, praticamente no século vinte e um, o homem não briga mais de foice, de facão, de machado, de canhão, deve evitar também, a briga da conversa, da ofensa, do veneno que se pode atirar nas outras pessoas. Eu acredito que é necessário uma reflexão em toda essa Casa, já pedi ao Presidente que tome as devidas providências à Mesa que tome as devidas providências, e, para encerrar, eu quero deixar então, mais uma vez, o voto de repúdio ao ato do Secretário e a nossa manifestação de apreço e apoio ao Deputado Algaci Túlio, que realmente hoje foi gravemente ofendido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Consultamos a Liderança do PL, se fará uso do seu tempo.

DECLINA.

Havendo declinado, consultamos a Liderança do PDS, se fará uso do seu tempo.

DECLINA.

Havendo declinado, consultamos a Liderança do PTB.

Tem a palavra o Senhor deputado Erondy Silvério, por 9 minutos.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Quero comunicar esse Plenário, para muita honra nossa e de todos da presença do ex-Deputado Federal Amadeu Geara, dos Senhores Presidente Regional do PDT, dos Senhores Roberto Perussi, Eurides Siqueira, Antônio João Trevisan, José Pires, Edson Silva, Eduardo Pereira, que nos visitam, nos dão a honra de sua presença nesse Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa registra a presença desses Senhores ilustres, e anota.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Ontem o horário não nos permitiu a conclusão do nosso raciocínio de que existe realmente movimento orquestrado para a desmoralização do Poder Legislativo. Começando por membros deste Poder, que efetivamente abriram, ou melhor, deram condições para que esses movimentos aumentassem de uma forma preocupante, que deve levar a comissão executiva desta Casa a tomar as medidas cabíveis ao resguardo do decoro e do bom nome do Poder Legislativo.

Nós assistimos estarecidos quando funcionários do Estado estiveram aqui, protestando contra a aprovação de uma emenda de autoria do Deputado Presidente desta Casa. Uma manifestação que foi orquestrada, que foi financiada pelos cofres públicos. Nesta manifestação nós ouvimos componentes daquele agrupamento ofenderem

com palavras até de baixo calão o Deputado Líder do Governo nesta Casa, Nestor Baptista. E ouvi muito bem quando uma Senhora chamou todos os Deputados de vagabundos e outros adjetivos pejorativos que ferem, efetivamente, não a moral pessoal do Deputado, mas o bom nome do Poder Legislativo.

Agora, isto começa dentro da própria Casa quando nós temos dois Deputados, como já disse aqui, que vão às estações de televisão e aos jornais, que imprimem folhetos acusando esta Casa de estar recebendo indevidamente elevadas quantias a título de subsídios, jetons e representação.

A esse coro juntou-se mais um. O Senhor Deputado do Partido da Frente Liberal, também, ontem, para minha surpresa engrossa esta coluna de descontentes, mas hipócritas, repito, porque não deixam de receber o dinheiro. Ao contrário, são os primeiros que vão aos guichês.

Quando a pessoa acha que está recebendo indevidamente, deve consignar, repito, em favor da Fazenda Pública, a importância considerada indevida. Mas, recebê-la e repassar a entidades, é investimento eleitoral, isso é hipocrisia. Deixa uma celeuma aqui, em torno do incidente entre o nobre Deputado José Felinto e o nobre Deputado Algaci Túlio. Repudiamos quando um parlamentar cospe na cara do outro, mas também temos que repudiar o Parlamentar que ao receber educadamente a solicitação de um aparte responde: "eu dou aparte a Vossa Excelência mas espero que tenha pelo menos aberto o Orçamento do Estado porque Vossa Excelência não aparece na Casa, é babá da primeira dama do Estado".

Quer dizer, isto, efetivamente, para quem tem sangue de barata nada acontece, mas para quem tem sangue nas veias, efetivamente irrita. Não estou justificando o ato insólito, mas também não vou emprestar a minha solidariedade a um Parlamentar mal-educado que em outra oportunidade, como é o caso do Deputado Algaci Túlio, vai a uma estação de televisão e com a maior cara de pau do mundo diz que não sabe quanto ganha nesta Casa, que realmente é demais, mas que ele não sabe quanto ganha e diz que os Deputados Nereu Carlos Massignan, Paulino José Delazeri e Pedro Tonelli são os únicos que trabalham nesta Casa e que comparecem às sessões.

Isso é verdade, porque eu assisti. Vossa Excelência que é mentiroso. Vossa Excelência é mentiroso, além de demagogo, é mentiroso.

O Senhor trabalha, mas os outros também. Eu compareço aqui, diariamente. Vossa Excelência não tem o direito de agredir à Casa, os seus colegas. E eu não vou emprestar uma falsa solidariedade a um falso demagogo.

Vossa Excelência agride diariamente

esta Casa nos seus programas de rádio e televisão. Não vou emprestar uma falsa solidariedade, como também não admito que o Deputado Rafael Greca, se ele quiser mencionar a profissão de qualquer Deputado de uma forma respeitosa eu aceito, é evidente. Mas ele disse em tom de ironia, "O Deputado enfermeiro, o massagista". O que que é isso?

Não disse, mas disse igual. Só porque estudou no exterior o que que é isso?

E não dei aparte a Vossa Excelência e não admito que Vossa Excelência me interrompa, pois use o horário a que tem direito...

(Tumulto)

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, eu solicito a Vossa Excelência que faça a retirada do cidadão que está aqui se manifestando indevidamente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Solicitamos às galerias que não se manifestem.

Com a palavra o orador que está na tribuna.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Bom, as manifestações, Senhor Presidente, contra este Poder, devem cessar, por parte dos próprios componentes do mesmo, para que nós possamos exigir respeito dos demais segmentos da sociedade, porque quando um elemento deste Poder vai à televisão para fazer "mise-en-scène" para efeito de consumo público eleitoral, para agredir este Poder, nós não temos moral, efetivamente, para protestar contra um cidadão aqui atrás, que está me ofendendo moralmente, mas que não é homem para me ofender lá fora.

Nós não temos, efetivamente moral, quando os próprios membros deste Poder procuram denegrir a instituição. Por esta razão, é que o Partido Trabalhista Brasileiro não empresta solidariedade a homens, porque o cancionero popular já diz: - "Quem semeia vento colhe tempestade, quem semeia amor colhe gratidão, colhe reconhecimento". Então, cada um colhe aquilo que planta, e não podia ser diferente no desempenho de uma função Parlamentar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Consultamos à Liderança do PT se fará uso de seu Horário. (Ausente).

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

Eu gostaria de manifestar o repúdio, o protesto da Bancada do PMDB contra o manifesto lido pelo Líder do PDT, tentando fazer do episódio corriqueiro, envolvendo

duas figuras humanas, uma afirmativa de que houvesse por parte do PMDB ou do Governo do Estado do Paraná a tentativa de calar o PDT e lamentar que o Diretório Regional do PDT, tenha emprestado solidariedade a um documento que não condiz com a verdade. Não quero entrar no mérito da questão, no enfoque da questão que houve, mas, jamais poderemos, bem como a Bancada do PMDB, admitir que um manifesto falso saia daqui, tentando envolver a Bancada do PMDB, o Governo do Estado do Paraná, numa tentativa de amordçar o PDT, pelo simples episódio ocorrido entre duas pessoas, que, nem sequer, neste instante, pensaram a que Partido político pertenciam.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Consulta à Bancada do PMDB se fará uso de seu Horário.

Com a palavra o Deputado Paulo Furiatti.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem) É só, Senhor Presidente, para esclarecer a Vossa Excelência, à Casa e ao Deputado Caíto Quintana, que me é merecedor do maior respeito, que não vejo em que possa haver falsidade num manifesto que vai firmado por mim, que sou o Líder da Bancada, pelos meus colegas de Bancada, e pelos membros do Diretório Regional do PDT.

O PDT, felizmente, pela identidade e pela firmação de seus membros, dá veracidade aos seus manifestos ...

O Sr. Caíto Quintana - Não assino embaixo do que não é verídico, porque não houve tentativa alguma do PMDB, como diz o manifesto, ou do Governo do Paraná, de amordçar o PDT. É um ato isolado de duas pessoas, a que não se pode ter dado conotação partidária porque ela não houve.

O SR. RAFAEL GRECA - Ainda uma vez, Excelência é preciso que se lhe esclareça que o manifesto diz o seguinte: - que se o Governador Álvaro Dias mantém o Secretário que vem à Assembléia agredir um Deputado, ele, e por extensão àqueles que lhe dão sustentação política aceitam a agressão contra o Parlamento ...

O Sr. Nestor Baptista - A Bancada do PMDB dá sustentação política ao Senhor Osmar Dias ...

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Vossa Excelência não solicitou a palavra Pela Ordem e o Deputado está usando da palavra. Nós chamamos a atenção de que poderá fazer as inscrições normalmente para Explicações Pessoais. Não cabem as questões de ordem propostas.

O Deputado na tribuna está com a pala-

vra.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Tem um escritor aqui de Palmeira, chamado Hélio Teixeira que diz: "Que quando o rôto fala do esfarrapado, a ordem natural das coisas está sofrendo uma inversão".

A violência, ela não se justifica; não tem justificativa. Porém, para todo o ato violento existe uma causa, há uma razão, e há um processo. E a agressão não precisa ser apenas agressão física; ela pode ser agressão moral.

A agressão física é mais doída, é mais sentida pelo cidadão momentaneamente. Mas a agressão moral é mais perversa, é mais canalha e é mais safada. A agressão moral, ao inverso da agressão física, que se faz em cima da pessoa e do cidadão, a agressão moral percorre caminhos, pessoas, e é tal qual soltar um travesseiro de penas de um alto edifício e mandar catar as penas embaixo.

O Deputado Algaci Túlio, faz a agressão moral, agride moralmente, diariamente, horas e horas, com tal liberdade de falar o que pensa, sem no entanto lembrar da liberdade da pessoa que está sendo assacada em sua honorabilidade e dignidade.

O Deputado Algaci Túlio pegou depoimentos desqualificados que atacaram moralmente o Secretário Osmar Dias, e por horas e horas assacou contra a sua dignidade, situação muito mais doída do que um tapa na cara.

De repente, o Secretário da Agricultura, que também deve ter as suas razões para num momento, perder a sua paciência e tentar agredir o Deputado Algaci Túlio. A causa da agressão moral do Deputado Algaci Túlio a Osmar Dias é a demagogia, a safadeza. A causa do rompante do Senhor Osmar Dias é a agressão diária que sofreu por parte do Deputado Algaci Túlio.

Estas são as causas. Agora, dá impressão, de repente, se alguém, o Embaixador da União Soviética que está visitando esta Casa e que não a conhece, dá a impressão de que nós aqui nunca vimos ninguém agredir ninguém. Só que pelo jeito, estão criando uma outra lei no Parlamento; Deputado pode bater em Deputado. Tem até manifesto de solidariedade, que eu não sei se o Deputado Algaci Túlio não assinou.

Para mim assinou, porque pimenta na cara dos outros é refresco, na nossa, arde. Então, de repente dá a impressão de que nós vamos criar uma lei aqui. Deputado pode bater na cara; não pode cuspir; porque cuspir, é a mesma coisa, um soco, um tapa, uma rasteira.

Pior é a agressão moral, que tem gente aqui que já foi agredida moralmente; muito pior do que levar tapa na cara, e tudo

bem, porque entre os Deputados é a corporação dos iluminados.

Agora o Secretário da Agricultura que está trabalhando, que é idôneo, que não tem absolutamente nada que lhe coloquem de errado, de repente se perde porque há uma agressão diária e aí se faz esse circo aqui. Vamos botar o pé no chão, gente!

Eu acho, entendo e não presto nenhuma solidariedade ao Deputado Algaci Túlio, porque se ele fizesse o que fez ao Secretário Osmar Dias para mim, eu batia na cara dele. Porque é demais, rapaz.

É como se alguém pegasse um desqualificado aqui, e ele chamasse o Deputado Rafael Greca de ladrão. E aí eu vou todo o dia para o rádio e fico dizendo o seguinte: eu não estou falando, mas o Zé Pereira da Silva que está preso, disse-me que o Deputado Rafael Greca pegou a carteira dele, roubou. Vejam que barbaridade, que barbaridade minha gente!

Isto, segunda, terça, quarta, quinta, sexta-feiras, sábado e domingo!

Há necessidade de co-responsabilidade, aqui, porque se nós transformarmos fatos como esses em violência, a violência não se justifica mas, a violência gera atos da mesma intensidade, e em contrário.

Portanto, não vamos transformar o fato acontecido aqui em um fato político porque não o é, essa é a questão fundamental, não o é! Porque se o fosse, não tenho dúvida de que a maioria dos Senhores Deputados presentes neste parlamento estariam discutindo isso, com muito mais seriedade.

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência permite-me um aparte?

(Assentimento).

Deputado Paulo Furiatti, Vossa Excelência coloca o assunto muito bem; ofende-se a moral de uma pessoa, diz-se que essa pessoa recolheu dinheiro de funcionários, chama-se-a de ladrão por programa de rádio, sistematicamente, e essa pessoa está engolindo; não veio a gabinete nenhum, não foi esperar na saída da casa, ao largo da rua para ir para a agressão. Num determinado instante encontraram-se, as pessoas, num ato cerimonial. O mínimo, Deputado, é que a pessoa que está em polêmica com a outra, evite o contato. Mas, não! Até, debochadamente, a quem até a semana passada estava chamando de ladrão, vai cumprimentar. É evidente que há uma reação contrária da parte, é o óbvio o que Vossa Excelência diz e lamento que não tendo um episódio de maior grandeza, o integrante do PDT que lê esse manifesto, queira fazer, na conjuntura da agressão de um homem a outro, o grande ato de repúdio do PDT, tentando envolver o PMDB e o Governo do Estado do Paraná.

Não há ato político algum envolvendo o

incidente; há o ato de duas pessoas, que por razões diversas, num instante em que se encontram, vão às vias de fato. E isso não é segredo para este Parlamento, e isso não é segredo na rua e nem ao cidadão comum, porque ninguém, revestido da condição de Deputado, Secretário de Estado ou Governador, despe-se do seu temperamento, da sua honra, do seu brio no direito de defendê-lo, a qualquer instante.

Muito obrigado.

O Sr. Nilton Barbosa - Vossa Excelência permite-me um aparte?

(Assentimento).

Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede e gostaria, nobre Deputado que se encontra na tribuna e Senhores Parlamentares, de dizer que o Deputado Algaci Túlio há dias atrás, quando tivemos em Plenário, discussão, ele dizia, na época, que iria trazer seus 13 processos, dos quais, duas condenações, para o Plenário, a fim de mostrá-los.

Após dois dias, ele foi para o microfone da rádio na qual trabalhava e da qual, para a felicidade do povo paranaense e curitibano ele está afastado, porque o povo está cansado de ouvir besteiras, e lá disse o que quis a meu respeito, inclusive tenho a fita em minhas mãos.

Na verdade, o Deputado perdeu a vergonha! Agride e depois leva a cara para apañhar, leva escarrão na cara, leva mil desaforos e agride a família paranaense quando estuprou uma menor e o Deputado Rafael Greca não pede para que saia um documento. Isso é agressão, é agredir a família curitibana, é agredir a família paranaense.

Por isso, nobre Deputado, não se presta solidariedade a quem não se valoriza, a quem desrespeita o Parlamento, a quem desrespeita o povo Curitibano e a quem desrespeita o povo paranaense. Por isso não é digno. É digno sim, de "porrada" na cara!

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem)

O SR. PAULO FURIATTI - Deputado Rafael Greca, eu gostaria de concluir.

Quem sabe nós tiremos deste episódio e desses episódios recentes, pelos menos uma reflexão deste Parlamento; quem sabe nós começamos a mudar o comportamento, até pessoal, porque se nós não fizermos isso, começaremos a entrar num processo de falta de autoridade que nos levará a um descrédito tal, até o início desse ano, quando vamos ter imensa dificuldade de mobilizar a sociedade civil para construir uma Constituição Estadual que está próxima, e na qual vamos ter que ter uma convivência.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) O

tempo de Vossa Excelência está esgotado.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem)

Eu não sou responsável pela marcação de horário em Plenário, Senhor Presidente, mas, no Pequeno Expediente, o Deputado Algaci Túlio falou 11 minutos e no horário da Liderança Senhor Presidente, do PFL, o microfone foi usado por 14 minutos e meio. Não é justo que no Horário da Liderança do PMDB se fale apenas os 10 minutos, Senhor Presidente. Então, solicito a Vossa Excelência a mesma generosidade com o Deputado que ocupa a tribuna e com a Bancada do PMDB que quer ouvir este deputado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior)

Vossa Excelência tem razão. Realmente a assessoria deixou de marcar o tempo e alguém passou os 3 minutos. Contudo, o Deputado Paulo Furiatti está na tribuna há 10 minutos e é praxe para todas as Bancadas esta Presidência conceder 1 minuto. E 1 minuto já foi concedido. Lamento, Excelência, mas o seu tempo está esgotado.

O SR. PAULO FURIATTI - Mais um minuto, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Lamento Excelência, o tempo está esgotado.

O Senhor Deputado Rafael Greca tem a palavra Pela Ordem.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

A propósito do aparte que fez o nobre Deputado Nilton Barbosa, inclusive com referências a minha pessoa e à do Deputado Algaci Túlio, eu entendo que o aparte de Sua Excelência, como repetidos apartes que outras vezes outros Deputados da Situação têm feito, referindo-se a 13 processos do Deputado Algaci Túlio.

(Conversas paralelas).

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Mesa promete e já chamou a atenção do ilustre Deputado, Líder da Bancada do PDT, para que se inscreva em Explicações Pessoais e nesse aspecto não cabe a Questão de Ordem regimental.

O SR. RAFAEL GRECA - ... A Casa não votou um diploma livrando ...

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando a diminuição do interstício de 24 horas para a realização da sessão a ser marcada para amanhã, sexta-feira, às 10:00 horas, para apreciação de matéria constante da Ordem do Dia de hoje e outras matérias a serem anunciadas. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação para os Projetos de Lei ns. 336/87, de Lei Complementar n. 306/87, de Resolução n. 78/87, de Lei n. 326/87, de Resolução n. 80/87, de Lei n. 236/87 e de Resolução n. 70/87. Em votação.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem)

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Tem a palavra, Pela Ordem, Vossa Excelência.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A mesa irá colocar inicialmente em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Eu requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - Está em votação o requerimento do Senhor Deputado Anibal Khury. Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

A mesa irá proceder à verificação de votação, bem como à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Anibal Khury) (Procede à chamada nominal).

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Eu retiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Mesa irá proceder à verificação de votação. Os Senhores Deputados por gentileza queiram tomar os seus assentos. Os Senhores Deputados que aprovam.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Perante a debandada geral da Oposição, eu REQUEIRO chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) O Sr. 1º Secretário procederá à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Anibal Khury) (Procede à chamada nominal)

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, invoco o Regimento Interno de que o Parlamentar que estiver presente no momento que estiver sendo votado uma matéria, não pode se retirar antes da verificação.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Trinta e quatro Senhores Deputados responderam a chamada. Há "quorum" para deliberação. A mesa vai proceder à verificação de votação. Os Senhores Deputados, por gentileza, tomem os seus assentos que possamos proceder à verificação de votação. Os Senhores Deputados, por gentileza, tomem os seus assentos para que possamos proceder a verificação de votação. As pessoas estranhas a este Plenário, por gentileza, deixem este local.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Senhor Deputado Anibal Khury, queiram levantar. Vinte e nove Senhores aprovam, nenhum rejeita. A matéria está aprovada.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação para o Projeto de Lei n. 328/87. Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação acima aprovados:

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 336/87, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n. 118/87, que objetiva alterar dispositivos da Lei n. 7.297, de 08 de janeiro de 1.980. (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA n. 134/87 de 17.11.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 336/87

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei, oriundo da

Mensagem Governamental n. 118/87, tem a finalidade de alterar dispositivos da Lei n. 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná).

Esta Comissão de Constituição e Justiça, analisando o aspecto legal e constitucional da matéria nada encontrou que impeça a normal tramitação da mesma por esta Augusta Casa de Leis.

Assim sendo, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.11.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 306/87, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n. 85/87, que objetiva alterar os dispositivos da Lei Complementar n. 26, de 30 de dezembro de 1985, que dispõe sobre o Estatuto da Procuradoria Geral do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA n. 127 de 04.11.87, Mensagem.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 306/87

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei, oriundo da Mensagem Governamental n. 85/87, tem a finalidade de alterar os dispositivos da Lei Complementar n. 26, de 30 de dezembro de 1985, que dispõe sobre o Estatuto da Procuradoria Geral do Estado.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, analisando o aspecto legal e constitucional da matéria nada encontrou que impeça a normal tramitação da mesma por esta Augusta Casa de Leis.

Assim sendo, é o nosso Parecer favorável, opinando-se pela aprovação do mesmo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 306/87

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei Complementar é oriundo da Mensagem Governamental n. 85/87, e tem por finalidade alterar dispositivos da Lei Complementar n. 26, de 30 de dezembro de 1985, que dispõe sobre o estatuto da Procuradoria Geral do Estado.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça analisando o aspecto legal e

constitucional, deu parecer favorável à matéria.

No que compete a esta Comissão de Finanças, nada encontra que possa obstar a tramitação da matéria por esta Augusta casa de Leis.

Assim sendo, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela aprovação do mesmo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.11.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 78/87, oriundo da Comissão de Tomadas de Contas, que aprova as Contas da Dotação de Subvenção Social dos Senhores Deputados, referentes ao Exercício de 1986 regulamentada pela Resolução n. 55 de 03.10.1983. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 326/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 110/87), que objetiva autorizar a alienação, pela via Jurídica adequada e mediante o preenchimento das formalidades legais, de 66,03% (sessenta e seis vírgula zero três por cento) das ações pertencentes ao Banco do Estado do Paraná S/A., junto ao Banco Del Paraná S/A., conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 80/87, oriundo do Parecer Favorável, por unanimidade da Comissão de Tomadas de Contas e que aprova as Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao Exercício de 1986. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 236/87, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 77/87, que objetiva instituir a Escola de Música e Belas Artes do Paraná, Entidade Autárquica, com autonomia Administrativa, Financeira e Técnica, como resultado da incorporação das Unidades Administrativas de Nível Subdepartamental denominadas Escolas de Músicas e Belas Artes do Paraná e Faculdade de Educação Musical do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n.º 98, de 15.09.87- Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 236/87

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, oriundo da Mensagem Governamental nº 77/87, tem por objetivo instituir a Escola de Música e Belas Artes do Paraná, entidade autárquica, com autonomia administrativa, financeira e técnica, como resultado da incorporação das unidades administrativas de nível subdepartamental denominadas Escola de Música e Belas Artes do Paraná e Faculdade de Educação Musical do Paraná.

A Mensagem vem devidamente justificada, nos convencendo de sua oportunidade. Quanto seus aspectos legal e constitucional, não encontramos óbices à sua normal tramitação.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.09.87

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 236/87

PARECER:

O Projeto de Lei epigrafiado, decorre de mensagem governamental nº 77/87, que tem, por finalidade, a instituição da Escola de Música e Belas Artes do Paraná, entidade autárquica, com personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, financeira e técnica, bem como, sede e foro na capital paranaense e jurisdição abrangendo todo o Estado.

Como se vislumbra do art. 1º do respectivo Projeto de Lei, ela é o resultado da incorporação das unidades administrativas de nível subdepartamental da Escola de Música e Belas Artes do Paraná e Faculdade de Educação Musical do Paraná.

Pronunciando-se sobre o aspecto legal, a Comissão de Constituição e Justiça, emitiu parecer favorável a sua aprovação, em razão da inexistência de quaisquer impedimentos jurídico-constitucionais.

Esta Comissão, chamada a se manifestar sobre o aludido Projeto de Lei, verificou que a entidade possui auto-suficiência financeira e administrativa, não trazendo, conseqüentemente, ônus para o Erário Público.

Nestas condições, somos pela tramitação normal do Projeto, com PARECER FAVORÁVEL pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.11.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator.

70/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade (Mensagem nº 92/87- Ex-Proposição nº 80/87), que aprova o Convênio nº 18/86, de 12.12.86 e de seu termo de revigoração e prorrogação de 24.08.87, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Rolândia, objetivando a execução de obras e reparos e melhorias no terminal rodoviário de passageiros daquele Município. Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 328/87, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 97/87, que objetiva Autorização Legislativa nos termos do Art. 21, inciso VIII, alínea "C" da Constituição do Estado do Paraná, para o procedimento da Regulamentação de Diversos Lotes de Terras Devolutas, conforme a Relação inclusa, integrantes da Gleba Capivari de Baixo, Município de Tibagi, ocupados por INÁCIO BORATO. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.T.I.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA nº 87, de 25.08.87.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 328/87

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 97/87, o presente Plano de Lei objetiva a autorização legislativa nos termos do art. 21, inciso VIII, alínea "C", da Constituição do Estado do Paraná, para o procedimento da regularização de diversos lotes de Terras devolutas, conforme relação inclusa, integrantes da Gleba Capivari de Baixo, Município de Tibagi, ocupados por Inácio Borato.

De acordo com o art. 47, inciso I, da Constituição Estadual, a competência para a iniciação do processo legislativo das Leis que disponham sobre tal matéria, compete privativamente ao Chefe do Poder Executivo.

Nestas Condições, o nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

NEREU CARLOS MASSIGNAN

Relator.

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO
E COLONIZAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 328/87

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 97/87, o presente Projeto de Lei objetiva a autorização legislativa nos termos do Artigo 21, inciso VIII, alínea "C", da

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº

Carta Magna Estadual, para o procedimento de regularização de diversos lotes de terras devolutas, conforme relação inclusa, integrantes da Gleba Capivari de Baixo, Município de Tibagi, ocupados por Inácio Borato.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça, ao analisar o aspecto legal e constitucional da matéria, deu parecer Favorável, por entender que a mesma está em concordância com o artigo 47, inciso IX, da Constituição Estadual, ao estabelecer que a competência para iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre tal matéria, é da competência privativa do Chefe do Poder Executivo.

Esta Comissão de Terras, Imigração e Colonização, de conformidade com o artigo 54, do Regimento Interno, vem a se pronunciar Favoravelmente, acompanhando portanto entendimento da Comissão de Justiça, nos termos em que se apresenta.

Portanto, concluímos que inexistente qualquer impedimento à tramitação normal da presente proposta, por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela Aprovação do Plano de Lei nº 328/87.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.11.87.

(aa) DOMINGOS SCARPELLINI

Presidente

HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

Relator.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 255/85, de autoria do Deputado MÁRIO PEREIRA, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO RURAL DE CASCAVEL, com sede e foro no Município de Cascavel. Aprovado. (Publ. no DA. nº 105/85, de 08.10.85).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 137/87, de autoria do Deputado PAULINO DELAZERI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM SEÇÃO DO PARANÁ, com sede e foro nesta Capital. Aprovado. (Publ. no DA. nº 79, de 06.08.87).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 212/87, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que denomina de "ESCOLA ESTADUAL MARIA NETTA", a Escola Estadual Boa Vista II, localizada em Ribeirão Claro. Aprovado. (Publ. no DA. nº 93, de 01.09.87).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 213/87, de autoria da Deputada AMÉLIA HRUSCHKA, que declara de Utilidade Públi-

ca, a CRECHE NOSSA SEHORA DE FÁTIMA, com sede e foro na Cidade de Nova Cantu. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 93, de 02.08.87).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 230/87, de autoria do Deputado HAROLDO FERREIRA, que declara de Utilidade Pública, o SINDICATO RURAL de Renascença com sede e foro no Município de Renascença. - Aprovado. (Publ. no DA. nº 98, de 15.09.87).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 234/87, de autoria do Deputado PAULINO DELAZERI, que declara de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO RESIDENCIAL AQUILA, com sede e foro em Pinhais, Município de Piraquara. - Aprovado. (Publ. no DA. nº 99, de 16.09.87).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 250/87, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor GERVÁSIO TADASHI INOUE. Aprovado. Publ. no DA. nº 108, de 01.10.87).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução nº 63/87, Ex-Proposição nº 69/87, Mensagem nº 71/87, Aprova o Convênio Celebrado em 14.06.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e o Município de Cascavel, objetivando aplicação de Recursos Financeiros na Implantação do Projeto "PRÓ-CRIANÇA". Aprovado. (Publ. no DA. nº 125, de 29.10.87- Mens.).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução nº 64/87, (Mensagem nº 65/87- Ex-Proposição nº 64/87)- Aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e seu Departamento de Estradas de Rodagem, de um lado, e de outro lado, a Universidade de São Paulo, no interesse da Escola Politécnica da U.S.P., e seu Departamento de Engenharia de Transportes, objetivando estabilização de Solos Argilosos Lateríticos com Cal e Cimento. Aprovado. (Publ. no DA. nº 125 de 28.10.87- Mens.).

3.^a **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei nº 103/86, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que dá nova redação ao Art. 1º, da Lei nº 7.292/79 (Altera divisas do Município de Cafelândia, desmembrado do Município de Cascavel). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.T.I.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei nº 117/87, de autoria do Deputado LINDOLFO JÚNIOR, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor FRANKLIN

VIEIRA DA SILVA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 217/87, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que denomina "AEROPORTO ENGENHEIRO GASTÃO DE MESQUITA FILHO", o Aeroporto do Município de Cianorte, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 278/87, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que declara o Estado do Paraná, como "ZONA DESNUCLEARIZADA e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C., C.E.M.A. e C.S.P., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n° 272/84, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que dá nova Redação ao § 2° do Art. 3° da Lei Complementar n° 02, de 18.06.73, conforme especifica (A Verba de Representação do Prefeito juntamente com o subsídio será fixada anualmente pela Câmara Municipal). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade e PARECER CONTRÁRIO da C.F., por unanimidade, opinando pelo seu arquivamento.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 272/84
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - O § 2° do art. 73, da Lei Complementar n° 2, de 18 de junho de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 73 -.....

§ 1° -

§ 2° - A verba de representação do Prefeito juntamente com o subsídio será fixada anualmente pela Câmara Municipal".

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.10.84.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

JUSTIFICATIVA:

Com o presente plano de lei pretendemos estabelecer um justo critério de remuneração aos Prefeitos municipais paranaenses, diante do galopante índice inflacionário por que vem passando o País.

A revisão anual dos subsídios dos Prefeitos Municipais e da verba de representação pelas Câmaras Municipais é uma praxe que já vem sendo adotada por vários Estados brasileiros. Recentemente o Estado de São Paulo, através de Lei Complementar n° 351, de 26.06.84, estabeleceu idêntica medida que estamos propondo à consideração

dos nobres Pares desta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 272/84

PARECER:

A iniciativa do nobre Deputado Erondy Silvério, ao apresentar o Projeto de Lei em questão, é a de dar nova redação ao § 2° do art. 73, da Lei Complementar n° 2, de 18.06.73.

Sua intenção é permitir que a verba de representação do Prefeito, juntamente com o subsídio, possa ser fixada anualmente pela Câmara Municipal.

A medida visa vencer a crescente deterioração da remuneração dos Prefeitos face ao processo inflacionário porque passa o País. Isto já vem se constituindo em praxe, adotada por diversos Estados brasileiros. Ainda recentemente, o Estado de São Paulo, através da Lei Complementar n° 351, de 26.06.84, estabeleceu critério neste sentido.

Assim sendo, encontra plena justificação a proposta contida na matéria.

Por outro lado, não existe qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental ao trâmite da mesma.

Neste sentido, tendo em conta o elevado alcance da medida, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do referido Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 27.08.86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

EDMAR LUIZ COSTA

Relator.

Senhor Deputado:

Sirvo-me do presente para comunicar a Vossa Excelência a minha decisão de pedir o arquivamento do Projeto de Lei Complementar n° 272/84, de minha autoria, pelas seguintes razões:

O processo em andamento da elaboração da nova Carta Magna que se realiza no Distrito Federal fatalmente abordará o tema em questão.

Assim sendo, a nova Constituição Estadual conseqüentemente deverá sofrer mudanças. E por óbvia conclusão a Lei Complementar n° 27/86, conhecida como a "Lei Orgânica dos Municípios", será elaborada à luz de novos princípios.

Por estas razões, concluímos em apresentar novo Projeto oportunamente, quando através da vigência das novas Constituições Federal e Estadual, todas as diretrizes estarão devidamente delineadas.

Sendo o que se apresenta para o momento reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Deputado Estadual

Ilmo.Sr.
DEPUTADO CÂNDIDO BASTOS
Neste Edifício

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 272/84
PARECER:

O presente Projeto de Lei Complementar, de autoria do nobre Deputado Erondy Silvério, tem por finalidade dar nova redação ao § 2º, do art. 73, da Lei Complementar nº 2, de 18 de junho de 1973, (verba de representação do Prefeito juntamente com o subsídio será fixado anualmente pela Câmara Municipal).

O próprio autor, em ofício anexado ao Projeto, pede o arquivamento do mesmo, para apresentá-lo em momento mais oportuno, pelas razões que nele expõe.

Assim sendo, nestas condições, é o nosso Parecer contrário à Aprovação do Projeto referido, opinando pelo seu arquivamento.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.11.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO
Presidente
CÂNDIDO BASTOS
Relator.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 66/84, de autoria do Deputado OSWALDO ALENCAR FURTADO, que autoriza o Poder Executivo a isentar das Taxas de Energia Elétrica o HOSPITAL REGIONAL PSIQUIÁTRICO CÂNDIDO BERTHIER FORTES, com sede e foro na cidade de Paranavaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria e PARECER CONTRÁRIO da C.F., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 66/84
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a isentar o HOSPITAL REGIONAL PSIQUIÁTRICO CÂNDIDO BERTHIER FORTES, das taxas de Energia e Água.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.04.84.

(a) OSWALDO ALENCAR FURTADO
JUSTIFICATIVA:

O HOSPITAL REGIONAL DE PSIQUIATRIA CÂNDIDO BERTHIER FORTES, é uma entidade assistencial filantrópica e beneficente.

Seus objetivos são altamente de utilidade pública e sua finalidade é essencialmente humanitária, de assistência social

médica, hospitalar e farmacêutica, principalmente no atendimento a indigentes.

Para suprir as dificuldades da alimentação dos enfermos são realizadas promoções com o objetivo de arrecadar mantimentos. A missão do Hospital não é comercial e sim tentar diminuir a deficiência alimentar e agilizar melhores condições gerais aos hospitalizados com recurso da generosidade das pessoas caridosas da cidade.

É pretensão da direção do Hospital desenvolver atividades com as internas que apresentarem condições favoráveis de trabalho, ensinando-lhes atividades ocupacionais e inclusive algum ofício na tentativa de recuperá-las para a comunidade e torná-las úteis à sociedade.

Por estas razões, Senhores Deputados, podem avaliar as dificuldades da direção deste Hospital, principalmente com a falta de recursos na manutenção dos seus serviços.

Os objetivos do Hospital são os mais humanos possíveis e merecedores das medidas propostas no presente Plano de Lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 66/84

PARECER:

De autoria do Nobre Deputado Osvaldo Alencar Furtado, o presente Projeto de Lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a isentar o HOSPITAL REGIONAL PSIQUIÁTRICO CÂNDIDO BERTHIER FORTES, com sede e foro na cidade de Paranavaí, das taxas de água e de energia elétrica.

Como se pode notar na própria Justificativa, a medida é revestida de indiscutível mérito, pois visa fazer justiça social.

Estudando-se o art. 25 da Constituição Estadual, entender-se-ia a matéria contida no Projeto de Lei em questão de competência personal do Chefe do Poder Executivo. Contudo, pela Súmula nº5, do supremo Tribunal Federal, que cita: "A sanção do Projeto supre a falta de iniciativa do Poder Executivo". Já é entendimento majoritário confirmado pela abundância de precedentes de relevante questão social (tal como a matéria em tela o é), que a sanção governamental sana o eventual vício de origem. Além de tornar-se mister salientar que o referido Projeto de Lei é meramente autorizatório.

Portanto, não há sob este aspecto, óbice impeditivo.

Nestas condições, o nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

Sala das Comissões em 20.10.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente

VALDERI MENDES VILELA - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 66/84

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do Deputado Osvaldo Alencar Furtado, autoriza o Poder Executivo a isentar o Hospital Regional Psiquiátrico Cândido Berthier Fortes das taxas de água e energia elétrica.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça, ao analisar a matéria, manifestou-se favoravelmente à aprovação da mesma, amparando-se na necessidade de se fazer justiça social, visto a entidade se caracterizar plenamente como beneficente, sem caráter nem fins lucrativos.

Apesar do presente Plano de Lei apresentar aspecto altamente meritório, este virá acarretar maiores despesas para o Estado, além de que será discriminatório em relação a centenas de entidades similares que também prestam relevantes serviços à sociedade.

Nestas condições, somos de parecer contrário ao Projeto, opinando pela sua rejeição.

Sala das Comissões, em 28.10.87.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

ALEXANDRE CERANTO

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 72/84, de autoria do Deputado Osvaldo Alencar Furtado, que autoriza o Poder Executivo a isentar a "Aldeia Escola dos Meninos de Paranavaí" das Taxas de Água e Energia Elétrica, com sede e foro na Cidade de Paranavaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria, e PARECER CONTRÁRIO da C.F. por unanimidade. Rejeitado.

PROJETO DE LEI N. 72/84

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a isentar a "Aldeia Escola dos Meninos de Paranavaí", das taxas de Água e de Energia Elétrica.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.04.84.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

JUSTIFICATIVA:

A "Aldeia Escola dos Meninos de Paranavaí", é uma entidade Civil, beneficente, sem caráter nem fins lucrativos e não há cargo remunerado para seus dirigentes.

A entidade dá assistência moral, material, educativa instrutiva e recreativa às crianças do sexo feminino, até a idade de 18 anos, aos órfãos, abandonados, des-

validos ou sob tutela provisória do Juizado de menores da comarca de Paranavaí.

A sua finalidade é filantrópica e relevantes serviços tem prestado aos carentes necessitados dos seus préstimos, tanto meninos como meninas, que através do seu rosto angelical, demonstram a cada momento uma experiência nova de vida, um apredizado útil na formação do jovem do amanhã.

"A Nação caminha pelos pés da criança, protegê-la e educá-la, é um dever e todos os brasileiros" (Sinval Reis, Fundador das entidades).

O Plano de Lei ora proposto, é o mínimo que o Poder Público pode oferecer de retorno à uma classe menos favorecida, e por isso podem os Senhores colegas Deputados avaliar os múltiplas dificuldades encontradas pelos dirigentes desta Escola.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 72/84

PARECER:

De autoria do Nobre Deputado Osvaldo Alencar Furtado, o presente Projeto de Lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a isentar a "Aldeia Escola dos Meninos de Paranavaí", com sede e foro na cidade de Paranavaí, das taxas de energia elétrica e de água.

Como se pode notar na própria Justificativa, a medida é revestida de indiscutível mérito, pois visa fazer justiça social.

Estudando-se o art. 25 da Constituição Estadual, entender-se-ia ser a matéria contida no Projeto de Lei em questão de competência personal do Chefe do Poder Executivo. Contudo, pela Súmula n° 5 do Supremo Tribunal Federal, que cita: "A sanção do Projeto supre a falta de iniciativa do Poder Executivo". Já é entendimento majoritário confirmado pela abundância de precedentes de relevante questão social (tal como a matéria em tela o é), que a sanção governamental sana o eventual vício de origem. Além de tornar-se mister salientar que o referido Projeto de Lei é meramente autorizatório.

Portanto, não há sob este aspecto, óbice impeditivo.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 20.10.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

VALDERI MENDES VILELA

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 72/84

PARECER:

De autoria do Ilustre Deputado Osvaldo Alencar Furtado, o projeto de lei em discussão tem por finalidade autorizar o Po-

der Executivo a isentar a "Aldeia Escola dos Meninos de Paranaíba", com sede e foro na cidade de Paranaíba, das taxas de Energia Elétrica e de Água.

De acordo com o artigo 25 da Constituição Estadual, entende-se que a matéria ora proposta é objeto de análise e apreciação, é da competência pessoal do Chefe do Poder Executivo:

"Art. 25 § 1º - É da competência exclusiva do governador a iniciativa das leis que:

a) - disponham sobre matéria financeira";

Portanto esta Douta Comissão chamada a opinar, entende que existe impedimento de natureza constitucional à tramitação normal deste Projeto de Lei pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Assim sendo o nosso parecer é Contrário, opinando-se pela sua Rejeição.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 04.11.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 235/86, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual de Marumbi - Ensino de 1º Grau", com sede no Município de Marumbi. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n° 112 de 08.10.86 - Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 235/86

PARECER:

A nobre Deputada Irondi Pugliesi por intermédio do Projeto de Lei n. 235/86, pretende declarar de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Marumbi - Ensino de 1º Grau", com sede no Município de Marumbi.

Analisando a proposição, constata-se que a mesma preenche todos os requisitos exigidos pela Lei 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que estabelece as normas para Declaração de Utilidade Pública.

Assim sendo, nada encontra esta Comissão de Constituição e Justiça que possa impedir a legal tramitação do mesmo nesta Augusta Casa de Leis. Isto posto, opinamos Favoravelmente a aprovação do Projeto em análise.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 20.10.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 21/87, de autoria da Deputada Amélia Hruschka, que declara de Utilidade Pública a "Federação Paranaense de Cineclubes", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n° 16, de 17.03.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 021/87

PARECER:

De autoria da ilustre Deputada Amélia Hruschka, objetiva o presente Plano de Lei declarar de utilidade pública a "Federação Paranaense de Cineclubes", com sede nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela Aprovação do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 20.10.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 094/87, de autoria do Deputado Antônio Martins Annibelli, que declara de Utilidade Pública o Lar dos Velhinhos de Rio Azul, com sede na cidade de Rio Azul e foro na Cidade de Rebouças. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n° 62 de 08.06.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 094/87

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Antônio Martins Annibelli, objetiva o presente Plano de Lei declarar de utilidade pública o "Lar dos Velhinhos de Rio Azul", com sede na cidade de Rio Azul e foro na Cidade de Rebouças.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela Aprovação do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 20.10.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

DAVID CHERIEGATE

Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º

145/87, de autoria do Deputado José Felinto, que declara de Utilidade Pública o "Ministério de Recuperação Hermon", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. Aprovado (Public. no DA. n° 80 de 10.08.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 145/87

PARECER:

O presente Plano de Lei, de autoria do Deputado José Felinto, tem por objetivo, seja declarado de Utilidade Pública, "O Ministério de Recuperação Hermon", com sede e foro na cidade de Curitiba, Capital.

Analisando sob os auspícios da Lei 6994, de 10.01.78, observa-se que ele preenche todos os requisitos nela exigidos, ou sejam, Estatuto, Relatório das Atividades, Ata de constituição da entidade, bem como, a inexistência de fins lucrativos.

Assim, satisfaz plenamente a citada lei, razão porque está em condições de merecer o referendun favorável desta Comissão.

Nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 20.10.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 159/87 de autoria do Deputado Ferrari Júnior, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Visuais de Maringá - ADEVIMAR, com sede e foro no Município de Maringá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n° 82 de 12.08.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 159/87

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Ferrari Júnior, objetiva o presente Plano de Lei declarar de Utilidade Pública a "Associação dos Deficientes Visuais de Maringá - ADEVIMAR", com sede e foro no Município de Maringá.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela Aprovação do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 20.10.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

DAVID CHERIEGATE

Relator

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 183/87 de autoria do Deputado Acir Mezzadri que altera a destinação do imóvel, doado ao Município de Campo Largo, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. (Public. no DA. n° 86 de 19.08.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 183/87

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Acyr Mezzadri, altera a destinação de imóvel doado ao Município de Campo Largo.

A medida proposta visa facilitar a utilização do referido imóvel, deixando ao critério dos órgãos municipais, Prefeitura e Câmara, a definição da melhor maneira de seu aproveitamento, ressalvada a sua finalidade exclusivamente social.

A matéria não possui qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental, estando em condições de prosseguir o seu trâmite nesta Casa de Leis.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 20.10.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO
E COLONIZAÇÃO
PROJETO DE LEI N. 183/87

PARECER:

De autoria do Nobre Deputado Acyr Mezzadri, o Projeto de Lei em tela, visa a promover a alteração da destinação de imóvel doado ao Município de Campo Largo.

A proposta ora levantada, tem o intuito de facilitar a utilização do terreno, ou seja, devolver ao critério dos órgãos Municipais, através de lei, a definição da melhor maneira de conferir-lhe uma destinação conveniente, desde que fique ressalvada a finalidade mera e exclusivamente social. E isto só será possível através da alteração que ora se propõe.

Chamada a opinar, esta Douta Comissão de Terras, Imigração e Colonização vem a seguir o entendimento da Comissão de Constituição e Justiça, verificando que inexistem óbices de natureza legal, regimental e constitucional à tramitação normal do Plano de Lei em questão, pelos demais órgãos desta Colenda Casa de Leis.

Assim sendo manifestamos o nosso parecer favorável opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.11.87.

(aa) DOMINGOS SCARPELLINI

Presidente
LAURO LOBO ALCÂNTARA
Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando seja retirada da Ordem do Dia, por 3 sessões, o Projeto de Lei n. 183/87. **Aprovado.** (Fica portanto, retirado por 3 sessões o Projeto de Lei n. 183/87).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 187/87, de autoria do Deputado PAULINO JOSÉ DELAZERI, que declara de Utilidade Pública a COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DOS MOTORISTAS AUTÔNOMOS DE TAXI DE CURITIBA LTDA - COOPER - TAXI - OBJETIVA, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.** (Public. no DA n. 87 de 24.08.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 187/87

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Paulino José Delazeri, objetiva o presente Plano de Lei declarar de Utilidade Pública a COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DOS MOTORISTAS AUTÔNOMOS DE TAXI DE CURITIBA LTDA - COOPER TAXI - OBJETIVA, com sede e foro no Município de Curitiba.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É parecer.

Sala das Comissões, em 20.10.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente
HERMAS BRANDÃO
Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 189/87, de autoria do Deputado PIRAJÁ FERREIRA, que eleva o número de Vereadores da Câmara Municipal de São José dos Pinhais, a partir da próxima Legislatura, passando a contar com 17 Vereadores. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.** (Public. no DA. 90 de 27.08.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 189/87

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei, de autoria do ilustre Deputado Pirajá Ferreira, tem por finalidade elevar o número de vereadores do Município de São José dos Pinhais.

Conforme certidão em anexo e estando a

matéria em consonância com o Art. 35 da Lei Orgânica dos Municípios (Lei Complementar n. 27), de 08.01.86 e Art. 107 da Constituição Estadual, encontra-se a mesma em condições de ser apreciada e aprovada por esta Casa.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente
TADEU LÚCIO MACHADO
Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 195/87, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA ESPORTIVA E CULTURAL PAPA JOÃO PAULO II, com sede e foro no Distrito de Pinhais Município de Piraquara. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.** (Public. no. DA. n. 90 de 27.08.87)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 195/87

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Nilton Barbosa, objetiva o presente Plano de Lei, declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA ESPORTIVA E CULTURAL PAPA JOÃO PAULO II, com sede e foro no Distrito de Pinhais, Município de Piraquara.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbice de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.10.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente
GERNOTE KIRINUS
Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 211/87, de autoria do Deputado ALEXANDRE CERANTO, que declara de Utilidade Pública o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS (SOS) DE XAMBRE, com sede na Cidade de Xambre. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.** (Public. no. DA 92 de 01.09.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 211/87

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Alexandre Ceranto, objetiva o presente Plano de Lei declarar de Utilidade Pública o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS - SOS DE XAMBRE, com

sede na Cidade de Xambrê.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.10.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

BASÍLIO ZANUSSO

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 233/87 de autoria do Deputado VALDERI MENDES VILELA, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE GRANDES RIOS, com sede e foro no Município de Grandes Rios. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n. 98 de 15.09.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 233/87

P A R E C E R:

O nobre Deputado Valderi Mendes Vilela vem apresentar Proposição no sentido de ser declarado de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Grandes Rios, com sede e foro no Município de mesmo nome.

Analisando a matéria, concluímos que a mesma está devidamente em condições de ser aprovada uma vez que não encontramos óbice legal que o impeça.

Assim sendo, e convencidos do acerto da medida pela justificativa que acompanha a iniciativa, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do presente Projeto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27.10.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

BASÍLIO ZANUSSO

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 235/87, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que declara de Utilidade Pública a ESCOLA AGRÍCOLA "TIA DALVA", com sede e foro no Município de Palmas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n.º 99, de 16.09.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 235/87

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Antônio Annibelli, objetiva o presente Plano de Lei, declarar de Utilidade Pública a Escola Agrícola "Tia Dalva", com sede e foro

na Cidade de Palmas.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 20.10.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

DAVID CHERIEGATE

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 237/87, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO HABITACIONAL ANTIGOS E NOVOS - AMCAN, com sede e foro no Município de Ribeirão do Pinhal, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n.º 101, de 21.09.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 237/87

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Tadeu Lúcio Machado, objetiva o presente Plano de Lei declarar de Utilidade Pública à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO HABITACIONAL ANTIGOS E NOVOS - AMCAN, com sede e foro no Município de Ribeirão do Pinhal.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.10.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 238/87, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que declara de Utilidade Pública "ESTÂNCIA LAR SANTA CRUZ", com sede e foro na cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n.º 101, de 21.09.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 238/87

PARECER:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 242/87

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Antônio Annibelli, declara Utilidade Pública, a ESTÂNCIA LAR SANTA CRUZ, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

A supra citada entidade, atende plenamente ao disposto na Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, que define as normas para declaração de Utilidade Pública.

Por tal fato, manifestamos o nosso parecer favorável, nos permitindo ainda a opinar favoravelmente pela aprovação da referida matéria.

Sala das Comissões, em 10.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ACYR MEZZADRI

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 241/87, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de Utilidade Pública o CENTRO DE ESTUDO DO MENOR E INTEGRAÇÃO NA COMUNIDADE - CEMIC, com sede e foro na Cidade de Tupãssi. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 102, de 22.09.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 241/87

PARECER:

O Projeto de Lei n° 241/87, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, objetiva seja declarada de Utilidade Pública, O CENTRO DE ESTUDO DO MENOR E INTEGRAÇÃO NA COMUNIDADE- CEMI.

Analisado sob o aspecto jurídico legal, sob a orientação da Lei n° 6994, de 10.01.78, observa-se que está devidamente instruído com a documentação necessária, satisfazendo, por isso mesmo, as exigências nela invocadas.

Não possui objetivos remuneratórios para seus integrantes, nem fins lucrativos.

Por essa razão, somos pelo parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.10.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 242/87, de autoria do Deputado LAURO ALCÂNTARA, que declara de Utilidade Pública, a Associação dos Servidores da Secretaria de Estado da Segurança Pública- ASSESP, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 102, de 22.09.87).

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Lauro Alcântara, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA - ASSESP, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Ao analisar o mesmo, vemos que a referida entidade encontra-se de acordo com os ditames da Lei n° 6.994, de 10.01.78, que ditam normas para declaração de Utilidade Pública, já que foi registrada no Cartório de Títulos e Documentos em 10 de outubro de 1984, tendo conseqüentemente personalidade jurídica há mais de um ano, e que está em efetivo exercício junto à comunidade de maneira desinteressada, ou sejam não tem fins lucrativos e que dá aos seus Associados atividades esportivas e estimulando a prática e o desenvolvimento de todas as modalidades de desporto amador, como também, organiza e patrocina reuniões e sessões artísticas, recreativas, sociais e culturais, visando o conagraamento à aproximação, cordialidade, cooperação, camaradagem, defesa dos interesses funcionais e o desenvolvimento das tendências naturais da sociabilidade.

Assim sendo, nada encontra esta Comissão de Constituição e Justiça, que possa impedir a legal tramitação do mesmo nesta Augusta Casa de Leis.

Isto posto, opinamos favoravelmente à Aprovação do Projeto de Lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.10.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ERONDY SILVÉRIO

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 224/87, de autoria do Deputado ACYR MEZZADRI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA VILA MOTA, com sede e foro em Adrianópolis. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 104, de 24.09.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 244/87

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Acyr Mezzadri, objetiva o presente Plano de Lei declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA VILA MOTA, com sede e foro em Adrianópolis.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria,

inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.10.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

DAVID CHERIEGATE

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 245/87, de autoria do Deputado LINDOLFO JÚNIOR, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor ERCÍLIO SANTINONI. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 104, de 24.09.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 245/87

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei, de autoria do nobre Deputado Lindolfo Júnior, tem por finalidade conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Ercílio Santinoni.

Este Plano de Lei está devidamente justificado, conforme preceitua o Regimento Interno e sua legalidade encontra-se embasada na Lei n. 5.638, de 13 de setembro de 1967, que regulamenta as condições essenciais para a Concessão de Benemerência ou Cidadania Honorária Paranaense.

Constitucionalmente, não existe qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.10.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ERONDY SILVÉRIO

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 246/87, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n. 87/87, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Paraíso do Norte, os lotes ns. 3 e 4, da Quadra 68-A, com área total de 1.202,38 m² e benfeitorias neles existentes, havidos pelo Estado do Paraná, conforme transcrição n. 3.351, no livro 3-E, do Cartório de registro de Imóveis da Comarca de Paraíso do Norte. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 246/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Paraíso do Norte os lotes ns. 3 e 4, da quadra 68-A, com área total de 1.202,38 m², e benfeitorias neles existentes, havidos pelo Estado do Paraná, conforme transcrição n. 3.351, no livro 3-E, do Cartório de registro de Imóveis da Comarca de Paraíso do Norte.

Art. 2º - Os imóveis de que trata esta Lei ficam gravados com a cláusula de inalienabilidade e serão utilizados na instalação de órgãos e serviços municipais voltados às atividades de assistência social a pessoas carentes da região.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.09.87.

(a) Poder Executivo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 246/87

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n.º 87/87, o presente Projeto de Lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Paraíso do Norte os Lotes n.º 3 e 4, da Quadra 68-A, com área total de 1.202,38m² e benfeitorias neles existentes, havidos pelo Estado do Paraná, conforme transcrição n.º 3.351, no Livro 3-E, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paraíso do Norte.

A competência para a sobredita doação é da Assembléia Legislativa com a sanção do Poder Executivo, conforme o estabelecido pelo artigo 21, inciso VIII, alínea "c", da Constituição do Estado do Paraná. Sendo o Projeto em tela meramente autorizatório não há nada que obste a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.10.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ERONDY SILVÉRIO

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N.º 246/87

PARECER:

O presente Plano de Lei, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental n.º 87/87, visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Paraíso do Norte, os lotes n. 3 e 4, da Quadra 68-A, com área total de 1.202,38m² e benfeitorias neles existentes, havidos pelo Estado do Paraná, conforme transcrição

nº 3.351, no livro 3-E, do Cartório de Imóveis da Comarca daquele Município.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça em relação ao aspecto legal e constitucional da matéria deu parecer favorável, de conformidade com o art. 21, inc. VIII, alínea "C", da Constituição Estadual.

Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar de conformidade com o art. 53 do Regimento Interno, que lhe confere manifestar-se em todas as questões relativas às Obras e Viação Públicas. E sendo, que no caso em questão há benfeitorias nos terrenos objetos da doação - o que obviamente implica no manifesto desta Comissão - conclui que na presente proposição nada existe que impeça sua normal tramitação por esta Casa.

Assim sendo, opinamos favoravelmente à aprovação do Projeto em tela, sendo o parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.11.87.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Relator

^a
1. DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 248/87 de autoria do Deputado Antônio Bárbara, que declara de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo, com sede e foro na Cidade de Maringá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. nº 106 de 29.09.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 248/87

PARECER:

O presente Plano de Lei, de autoria do Deputado Antônio Bárbara, objetiva seja declarada de Utilidade Pública, o "Asilo São Vicente de Paula, com sede e foro na Cidade de Maringá, neste Estado.

No que tange a sua legalidade, o Projeto encontra respaldo na Lei n. 6994, de 10.01.78, que especifica os requisitos necessários para alcançar a sua finalidade, entre eles, Ata de Constituição, Relatório de Atividades, Estatuto, Personalidade Jurídica há mais de um ano, bem como, a não existência de fins lucrativos.

Por essa razão, preenchidas as exigências previstas na citada legislação, inexistem óbices para sua aprovação.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 20.10.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente.

José Afonso Júnior

Relator

^a
1. DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº

251/87, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que eleva o número de Vereadores da Câmara Municipal de Telêmaco Borba, passando a contar na próxima Legislatura com 11 Vereadores. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. nº 108, de 01.10.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 251/87

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Basílio Zanusso, tem por finalidade elevar o número de Vereadores da Câmara Municipal de Telêmaco Borba para 11 na próxima legislatura.

Analisando o aspecto constitucional e legal da matéria, vemos que a Constituição Estadual em seus artigos 106, § 5º e 107, "caput", rezam que em Lei Complementar ficará estabelecido o número de Vereadores para as Câmaras Municipais e que o número destes sempre será ímpar, em proporção que não exceda de um para cada 3 mil eleitores, não podendo ser inferior a 9 nem superior a 21. Na Lei Complementar nº 27/86 (Lei Orgânica dos Municípios) estabelece no seu artigo 35, parágrafo único, que o número de Vereadores, em cada legislatura, será alterado por Lei Estadual, até 180 dias antes da eleição municipal, com base no eleitorado existente na data de encerramento do respectivo alistamento conforme dados estatísticos fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral. Na justificativa do Projeto vemos que este obedece às formalidades exigidas tanto pela Constituição Estadual quanto pela Lei Orgânica dos Municípios.

Por ser de Justiça e amparado pela Legislação vigente, nada encontra esta Comissão de Constituição e Justiça que possa impedir a legal tramitação do Projeto de Lei em questão por esta Casa de Leis.

Assim sendo, opinamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões em 20.10.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

DAVID CHERIEGATTE

Relator

^a
1. DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 253/87, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 89/87, que autoriza o Poder Executivo doar à Associação Comercial e Industrial de Cambará, o imóvel constituído da área de 528,00m², havida pelo Estado, através da transcrição nº 1256, as folhas 195 do Livro 3-B, do Cartório de Registro de Imóveis de Comarca de Cambará. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.T.I.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 253/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Associação Comercial e Industrial de Cambará imóvel constituído de área de 528,00m², sem benfeitorias, destacada de área maior havida pelo Estado conforme transcrição n° 1.256, fls. 195, do Livro 3-B, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cambará e que, conforme planta parial da Cidade, corresponde ao lote n° 283, com as seguintes medidas e confrontações: de frente para a Rua Monsenhor João Belchior, numa distância de 24,00 metros; de um lado, partindo do alinhamento da Rua Monsenhor João Belchior, divide-se com o Lote n° 238, numa distância de 22,00 metros; e fundos com o lote n° 294, numa distância de 24,00 metros, e de outro lado, onde faz esquina com a Rua Siqueira Campos, numa distância de 22,00 metros.

Art. 2° - O imóvel objeto da doação de que trata o artigo anterior, somente será utilizado para construção da sede da donatária não podendo, em qualquer tempo, ser transferido a terceiros ou utilizado para outros fins, sob pena de reversão ao Patrimônio do Estado, independentemente de qualquer interpelação ou notificação.

Parágrafo Único - o imóvel de que trata o "caput" deste artigo, gravado com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, reverterá, da mesma forma, ao patrimônio estadual, se, decorridos 5 anos, não estiver concluída a construção da sede da donatária.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.10.87.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 253/87

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 89/87, o presente Plano de Lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo doar à Associação Comercial e Industrial de Cambará, o imóvel constituído na área de 528,00m², havida pelo Estado, através da Transcrição n° 1256, às fls. do Livro 3-B, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cambará.

A competência para a sobredita doação é da Assembléia Legislativa com a sanção do Governador, conforme estabelecido no artigo 21, ítem VIII, letra "C", da Constituição do Estado do Paraná.

A medida proposta consulta plenamente os interesses da Administração e da coletividade.

Nestas condições, nosso parecer é favorável opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.10.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 253/87

PARECER:

O presente Plano de Lei, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental n° 89/87, visa autorizar o Poder Executivo a doar à Associação Comercial e Industrial de Cambará, o imóvel constituído da área de 528,00m², havida pelo Estado, através da Transcrição n° 1256, do Livro 3-B, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cambará.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça em relação ao aspecto legal e constitucional da matéria deu seu parecer favorável de conformidade com o art. 21, inc. VIII, alínea "C", da Constituição Estadual.

Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar de conformidade com o artigo 53 do Regimento Interno, que lhe confere manifestar-se sobre todas as questões relativas às Obras e Viação Públicas.

Portanto, concluímos que na presente proposição nada existe que impeça a sua normal tramitação por esta Casa.

Assim sendo, opinamos favoravelmente à aprovação do Projeto em tela. Sendo o parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.10.87.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO
E COLONIZAÇÃO

PROJETO DE LEI N° 253/87

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 89/87, o presente Plano de Lei visa autorizar o Poder Executivo a doar à Associação Comercial e Industrial de Cambará, o imóvel constituído da área de 528,00m², havido pelo Estado, através da Transcrição n° 1256, às folhas 195, do Livro 3-B, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cambará.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça, ao analisar o aspecto legal e constitucional da matéria, deu parecer favorável, por entender que se encontra em conformidade com o artigo 21, inciso VIII,

alínea "C", da Constituição Estadual.

No que diz respeito a questões relativas às Obras e Viação Públicas, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações competente para tratar de tal assunto, deu parecer igualmente favorável.

Esta Comissão, chamada a opinar de conformidade com o artigo 54, do Regimento Interno, que lhe confere a competência para se manifestar sobre todos os assuntos relativos ao problema imigratório, à colonização e aproveitamento das terras devolutas, recuperação e utilização de terras inaproveitadas".

Sendo o caso em questão o de tratar-se de terra inaproveitada pelo Estado, além de ser uma justa medida que virá a beneficiar tanto o Estado quanto o Município do natário, pois permitirá a construção da sede da entidade acima mencionada.

Portanto, concluímos que na presente proposta, inexistente qualquer impedimento à sua tramitação normal por esta Casa.

Isto posto, opinamos favoravelmente pela aprovação do Projeto de Lei nº 253/87.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.11.87.

(aa) DOMINGOS SCARPELLINI

Presidente

HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 257/87, de autoria do Deputado Paulo Furiatti, que declara de Utilidade Pública a Associação João Bosco, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. nº 110, de 06.10.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 257/87

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Paulo Furiatti, objetiva o presente Plano de Lei, declarar de Utilidade Pública a "Associação João Bosco", com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.10.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ERONDY SILVÉRIO

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 260/87, de autoria do Deputado Nestor Baptista,

que declara de Utilidade Pública a Associação da Igreja Metodista Wesleyana, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. nº 110, de 06.10.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 260/87

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Nestor Baptista, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DA IGREJA METODISTA WESLEYANA" com sede e foro nesta Capital.

Ao analisar o mesmo, vemos que a referida entidade encontra-se de acordo com os ditames da Lei nº 6.994, de 10.01.78, que dita as normas para Declaração de Utilidade Pública, já que foi registrada em 15.08.86, tendo conseqüentemente personalidade jurídica a mais de um ano e que está em efetivo exercício junto a Comunidade de maneira desinteressada, ou seja, não tem fins lucrativos e que presta atendimento simultâneo às crianças nas áreas de educação, saúde, nutrição, extensivo aos adolescentes adultos e idosos.

Assim sendo, nada encontra esta Comissão de Constituição e Justiça que possa impedir a legal tramitação do mesmo nesta Augusta Casa de Leis.

Isto posto, opinamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.10.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 261/87, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, que declara de Utilidade Pública a "ANPARA - Associação Norte Paranaense de Radioamadores", com sede e foro na Cidade de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. nº 110 de 06.10.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 261/87

PARECER:

Autor: Dep. José Afonso Júnior.

Súmula: Declara de Utilidade Pública a ANPARA - Associação Norte Paranaense de Radioamadores, com sede e foro na Cidade de Londrina.

O Plano de Lei em questão, de autoria do Nobre Deputado José Afonso Júnior, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "ANPARA - Associação Norte Paranaense de Radioamadores", com sede e foro na Cidade de Londrina.

A matéria encontra-se devidamente instruída com as peças exigidas pela Legislação própria, qual seja a Lei nº 6.994 de 78 (normas de declaração de Utilidade Pública), inexistindo portanto óbice de natureza legal e regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos desta Colenda Casa.

Isto posto, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.10.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

VALDERI MENDES VILELA

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 264/87, de autoria do deputado João Arruda, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Moradores do Bairro Padre Úlrico", de Francisco Beltrão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. nº 111, de 07.10.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 264/87

P A R E C E R:

1 - Projeto de autoria do Deputado João Arruda, declarando de Utilidade Pública a "Associação de Moradores do Bairro Padre Úlrico", de Francisco Beltrão.

2 - Juntou documentos que comprovam:

a) A existência de personalidade jurídica há mais de 1 (um) ano, (fls. 06).

b) Não possui fins lucrativos (art. 1º dos estatutos fls. 07), e servem desinteressadamente a coletividade (art. 4 e incisos dos estatutos).

c) A não remuneração dos seus diretores, (art. 11º, § primeiro às fls. 09).

3 - Comprovou a atual diretoria (fls. 06).

4 - Apresentou relatório de atividades comprovando que promoveu a educação e assistência social (fls. 04).

Pelo exposto, estando o presente projeto em conformidade com a Lei n. 6994, meu Parecer é pela sua aprovação. Projeto legal e constitucional.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.10.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

NEREU CARLOS MASSIGNAN

Relator

Aprovado. (Public. no DA nº 112, de 08.10.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 265/87

PARECER:

Autor: Dep. Pirajá Ferreira.

Súmula: Declara de Utilidade Pública a "Associação dos Moradores da Vila Tupi", com sede e foro nesta Capital.

O Projeto de Lei em pauta, de autoria do nobre Deputado Pirajá Ferreira, pretende declarar de Utilidade Pública a "Associação dos Moradores da Vila Tupi" com sede e foro nesta Capital.

No plano documental, a matéria objeto de análise e apreciação, encontra-se devidamente instruída pois vem a atender todos os requisitos estabelecidos pela Lei nº 6.994/78, que estabelece as normas para declaração de Utilidade Pública.

Da justificativa apresentada e anexa ao Projeto, podemos verificar que a proposta merece acolhimento, tendo em vista os inúmeros benefícios que proporcionará aos moradores da Vila Tupi.

Esta Douta Comissão de Constituição e Justiça, que é chamada a opinar, não encontra impedimento legal e constitucional à tramitação normal do Projeto de Lei nº 265/87, por esta Colenda Casa.

Isto posto, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.10.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

VALDERI MENDES VILELA

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 274/87, de autoria do Deputado Pirajá Ferreira, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Moradores do Miringuava - ASMIRIM", com sede e foro no município de São José dos Pinhais. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. nº 116, de 15.10.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 274/87

PARECER:

Autor: Deputado Pirajá Ferreira.

O Projeto de Lei em tela, de autoria do Ilustre Deputado Pirajá Ferreira, pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Miringuava - ASMIRIM", com sede e foro no Município de São José dos Pinhais.

Pela análise do processado, a Comissão de Constituição e Justiça verifica que o

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 265/87, de autoria do Deputado Pirajá Ferreira, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Moradores da Vila Tupi", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

mesmo encontra-se instruído com as peças exigidas pela legislação própria, vale dizer Lei nº 6.994 de 10 de janeiro de 1978 (que regula a matéria no âmbito estadual).

Assim sendo, somos pela Aprovação do Projeto nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.10.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

DAVID CHERIEGATTE

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 276/87, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Moradores e Amigos do Parque Industrial e Vila Machado Pinheirinho", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. nº 116 de 15.10.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 276/87

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "Associação de Moradores e Amigos do Parque Industrial e Vila Machado Pinheirinho", com sede e foro na Cidade de Curitiba-PR.

Ao analisar o mesmo, vemos que a referida entidade encontra-se de acordo com os ditames da Lei nº 6.994, de 10/01/78, que dita as normas para declaração de Utilidade Pública, já que foi registrada em 1985, tendo conseqüentemente personalidade jurídica há mais de um ano e que está em efetivo exercício junto à comunidade de maneira desinteressada, ou seja, não tem fins lucrativos e que presta assistência social, desenvolve programas beneficentes, culturais, desportivos e promove a autodeterminação do ser humano através de sua participação na organização e melhoria da sociedade.

Assim sendo, nada encontra esta comissão de Constituição e Justiça que possa impedir a legal tramitação do mesmo nesta Augusta Casa de Leis.

Isto posto, opinamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ERONDY SILVÉRIO

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 280/87, de autoria do Deputado Luiz Antônio Setti, que declara de Utilidade Pública a

Fundação Alício Dias dos Reis, com sede e foro na Cidade de Santo Antônio da Platina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. nº 117 de 19.10.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 280/87

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Luiz Antônio Setti, objetiva o presente Plano de Lei, declarar de Utilidade Pública a "Fundação Alício Dias dos Reis", com sede e foro na Cidade de Santo Antônio da Platina.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Nestas condições, nosso parecer é favorável opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ERONDY SILVÉRIO

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 282/87, de autoria do Deputado Valderi Mendes Vilela e outros, que declara de Utilidade Pública o "Lar São Vicente de Paulo", com sede e foro no Município de Grandes Rios. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. nº 117, de 19.10.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 282/87

PARECER:

O nobre Deputado Valderi Mendes Vilela, vem apresentar proposição que objetiva declarar de Utilidade Pública o "Lar São Vicente de Paulo", com sede e foro no Município de Grandes Rios.

Analisando a documentação que acompanha a iniciativa, bem como a justificativa anexa, constatamos que a mesma está de acordo com o que preceitua a Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978.

Assim sendo, a matéria está em condições de ser aprovada pela Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões em 03.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

EDMAR LUIZ COSTA

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 335/87, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 117/87, que autoriza o Poder Executivo a instituir gratuidade do ensino

em todas as Instituições de Ensino Superior mantidas pelo Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 335/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir gratuidade do ensino em todas as Instituições de Ensino Superior mantidas pelo Estado do Paraná.

Art. 2° - O Poder Executivo regulamentará por decreto a aplicação desta lei.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.11.87.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 335/87

PARECER:

Oriundo do Poder Executivo, o presente Plano de Lei, veio a esta Casa através da Mensagem Governamental n° 117/87. Tem o mesmo o propósito de autorizar o Poder Executivo a instituir em todas as Instituições de Ensino Superior mantidas pelo Estado a gratuidade do ensino.

A educação é Direito Constitucional assegurado tanto pela Constituição Federal como pela Constituição Estadual, respectivamente os artigos n° 176 e 137. Por ser dever do Estado e por ser direito de todo o cidadão brasileiro, é que vemos ser a proposição aqui proposta justa, benéfica e meritória.

Assim sendo, é o nosso parecer favorável, já que esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontra que impeça a legal tramitação da matéria por esta Casa, opinando-se pela aprovação da mesma.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 335/87

PARECER:

O presente Projeto de Lei originário da Mensagem Governamental n° 117/87, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a instituir gratuidade do ensino em todas as Instituições de Ensino Superior mantidas pelo Estado do Paraná.

Foi o mesmo devidamente analisado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, merecendo parecer favorável em relação a sua legalidade e constitucionalidade.

Ao procedimento de sua análise, por

esta Comissão de Finanças, só encontramos aspectos meritórios, os quais nos convencem plenamente da importância da medida, através dos objetivos apresentados.

Assim sendo é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 17.11.87

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 337/87, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 116/87, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná, com sede e foro na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, mediante transformação da Fundação Federação Estadual de Instituições de Ensino Superior do Oeste do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n° 134, de 17.11.87 - Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 337/87

PARECER:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 116/87, visa autorizar o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná, com sede e foro na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, mediante transformação da Fundação Federal Estadual de Instituições de Ensino Superior do Oeste do Paraná.

Na Constituição Federal, no seu art. 8°, § único, encontramos a delegação da competência da União para o Estado no legislar da matéria sobre diretrizes e bases da Educação.

Há por outro lado, a questão de que a Região Oeste do Paraná, necessita de uma estrutura de Universidade que responda as necessidades regionais no aspecto de Ensino Superior. Tal medida, proporcionará desenvolvimento acadêmico expressivo, a criação de novos cursos atendendo ao que se propõe pelo Ensino Superior à Comunidade.

Assim sendo, por ser a proposição meritória e justa, tanto quanto benéfica, é o nosso Parecer favorável, opinando-se pela Aprovação do referido Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

NEREU CARLOS MASSIGNAN

Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PROJETO DE LEI N° 337/87

PARECER:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 116/87, visa autorizar o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná, com sede e foro na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, mediante transformação da Fundação Federal Estadual de Instituições de Ensino Superior do Oeste do Paraná.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça ao analisar a matéria deu o parecer favorável.

No que compete a esta Comissão de Educação, nada encontra que possa obstar a tramitação deste, pelos órgãos competentes da Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.11.87.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA

Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 46/87, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que denomina de Deputado ADALBERTO DAROS, a Sala da Comissão de Constituição e Justiça. Com PARECERES FAVORÁVEIS da Comissão Executiva e C.C.J. por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. nº 86, de 19.08.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 46/87

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Antônio Annibelli, o Projeto de Resolução em questão tem por finalidade denominar de "DEPUTADO ADALBERTO DAROS" a sala da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Douta Comissão de Constituição e Justiça, a mesma verifica que a medida ora proposta constitui-se, pela análise do "Curriculum Vitae" do ex-Deputado Adalberto Daros, em justa homenagem à quem sempre serviu o Poder Legislativo, destacando-se não apenas como Parlamentar, mas também como colega de serviço.

Foi reeleito por duas legislaturas à Câmara Municipal de Curitiba e à Assembleia Legislativa do Paraná, tendo sido também Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro- PTB, no Paraná.

Sua vida política vem, portanto, ratificar a homenagem que hoje lhe é dispensada.

Assim sendo, nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.10.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

VALDERI MENDES VILELA

Relator.

COMISSÃO EXECUTIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 046/87

PARECER:

O presente Projeto de Resolução, de autoria do nobre Deputado Antônio Annibelli, tem por finalidade denominar de DEPUTADO ADALBERTO DAROS, a Sala da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada esta Comissão Executiva para opinar, vê a mesma que pelo "Curriculum Vitae" do ex-Deputado Adalberto Daros, a medida aqui proposta é justa homenagem àquele que sempre foi e será lembrado como colega de serviço e de Parlamento.

Sua vida política foi bem sucedida. Sendo que foi reeleito por duas legislaturas à Câmara Municipal de Curitiba e à Assembleia Legislativa do Paraná. Foi Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro- PTB, no Paraná.

Foi funcionário deste Poder Legislativo desde 1963, onde ocupava o cargo de Procurador.

Assim sendo, nestas condições, o nosso Parecer é favorável opinando-se pela Aprovação deste Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.09.87.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 48/87, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Catanduvas, para que a população local decida sobre a criação do Município de Ibema. (Anexo o Projeto de Lei nº 121/86, de autoria dos Deputados Nilso Squarezzi e Edgard Pimentel). EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 48/87

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área abaixo descrita, no Município de Catanduvas, para que a população local decida sobre a criação do Município de IBEMA.

"Inicia-se na cabeceira do arroio Mato Queimado, desce por esse observando a divisa dos municípios de Catanduvas e Guaraniaçu, até a barra dos rios Isolina e Belarmino; desse ponto segue por uma linha seca, até encontrar a barra do arroio Guará com o rio Adelaide; sobe por este rio

até a sua cabeceira e daí segue pela divisa do imóvel Colônia Murilo até a estrada Federal BR-277; desse ponto segue pela referida estrada no sentido da cidade de Cascavel até o seu cruzamento com a linha de divisa com o Município de Guaraniaçu; daí segue por essa divisa no sentido da cidade de Guaraniaçu até a cabeceira do arroio Mato Queimado, ponto de partida".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.07.87.

(aa) GERNOTE KIRINUS

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 69/87, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - (Mensagem nº 93/87 - ex-Proposição nº 081/87), que aprova o Termo de revigoração e prorrogação de 24.04.87, do Convênio nº 011/86, celebrado em 11.07.86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Guaraqueçaba, objetivando aplicação de recursos na melhoria do sistema de Transportes Hidroviário, nas ligações entre Guaraqueçaba, Barra do Ararapira, Barra do Superagüi, Ilhas das Peças, Superagüi, Rasa e outras. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 71/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade (Mensagem nº 79/87- ex-Proposição nº 73/87)- que aprova o convênio celebrado em 10.03.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e o Município de Rio Negro, objetivando a prestação de serviços de Socorro Público e Combate a Incêndio na área do referido Município. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 072/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, (Mensagem nº 73/87 - ex-Proposição nº 71/87), que aprova os Convênios celebrados em 10.04.87, entre o Estado do Paraná e Ministro de Estado Extraordinário para assuntos de Irrigação, objetivando a elaboração e execução de Projetos de Irrigação, compreendendo levantamentos, estudos e projetos executivos, bem como a aquisição de equipamentos complementares, em áreas relacionadas do nosso Estado, definidas no Plano Operativo/87. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 073/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, (Mensagem nº 88/87- ex-Proposição nº 77/87), que aprova o Convênio nº 7/87, celebrado em 18.08.87, entre o Estado do Paraná, através da

Secretaria dos Transportes e o Município de Matinhos, objetivando assegurar a elaboração do Projeto e Execução dos Serviços de Terraplenagem, Pavimentação e Drenagem da Rodovia Ligação- Trecho PR/412- Avenida Atlântica (Matinhos) numa extensão de 1,2 km. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Sobre a mesa requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, com apoio do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando seja marcada uma sessão para o dia 20 de novembro do corrente ano, no horário regimental. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia de amanhã, para apreciação de Plenário, da Proposição nº 47/87, Proposta de Emenda à Constituição do Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando dispensa de Discussão e Votação para os Projetos de Lei aprovados em 3.^a Discussão e que não tenham sofrido emendas em sua tramitação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 231/87, que extingue o Fundo Penitenciário. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 277/87, que denomina a Rodovia Estadual PR- 444, de "Hermínio Antônio Penacchi". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à empresa Agostinho Setti e Cia Ltda, do Município de Jacarezinho, pela passagem do centenário de sua fundação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Superintendente do IPE, encarecendo a manutenção do funcionamento daquele Instituto no Município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Agricultura e Abastecimento, a fim de viabilizar a criação de uma Funda-

ção de Amparo à Micro Propriedade Agrícola no Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de uma ponte sobre o Rio Santa Quitéria, na estrada Linha João Gomes- Luz Marina, no Município de Toledo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, com apoio dos Senhores Deputados José Felinto, Raul Lopes, Cândido Bastos e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da República, Governador do Estado, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte e demais membros Líderes dos Partidos na Assembléia Nacional Constituinte, sugerindo eleições em todos os níveis, em 1988. **Aprovado.**

O SR. NILTON BARBOSA - (Para discutir) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- Para discutir, adia-se na forma regimental.

O SR. NILTON BARBOSA - Pela Ordem- Esta Casa tem 54 ou 55 Parlamentares?

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- Vossa Excelência sabe que são 54 Senhores Deputados.

O SR. NILTON BARBOSA - Porque, segundo o Deputado Pirajá Ferreira tem um Deputado a mais.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior)

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a agilização na nomeação dos agentes de segurança, escrivães de polícia, recentemente aprovados em concurso público. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Ação Social, encarecendo a liberação de verbas para a construção do albergue no Município de Xanbrê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário do Trabalho e Ação Social, reiterando a implantação da Universidade Popular do Trabalho, no Município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para sexta-feira, dia 20, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 97/85, 150/87.

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 278/87, 326/87 e do Projeto de Resolução n° 80/87.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei Complementar n°s 272/84, 306/87 e dos Projetos de Lei n°s 235/86, 21/87, 94/87, 145/87, 159/87, 187/87, 189/87, 195/87, 211/87, 233/87, 235/87, 236/87, 237/87, 238/87, 241/87, 242/87, 244/87, 245/87, 246/87, 248/87, 251/87, 253/87, 257/87, 260/87, 261/87, 264/87, 265/87, 274/87, 276/87, 280/87, 282/87, 328/87, 335/87, 336/87, 337/87 e dos Projetos de Resolução n° 46/87, 48/87, 69/87, 70/87, 71/87, 72/87, 73/87.

1.^a DISCUSSÃO - das Proposições, n°s 40/87, 47/87, do Projeto de Lei n° 342/87 e do Projeto de Resolução n° 86/87.

Levanta-se a sessão.